

TRANSCRIÇÃO PJJ REUNIÃO COM REPRESENTANTES DO CONSELHO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM 9 DE MARÇO DE 2015.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Bom dia a todos. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte, da Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação – PROEDUC, apoio e engajamento do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF e parceria do Movimento Conspiração Mineira pela Educação, tem a satisfação de recebê-los neste primeiro encontro. A proposta é um ciclo de debates e palestras voltado para a reflexão acerca da realidade educacional brasileira, visando desenvolver estudos e ações para o aperfeiçoamento do sistema de garantia de direitos à educação, através da realização de encontros de atualização nas diversas áreas do conhecimento. Os encontros fazem parte da comemoração do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, que chega aos seus 25 anos no dia 13 de julho deste ano. Um bom encontro a todos.

Para a abertura deste encontro, convidamos para a mesa o Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucio-

nal, Geraldo Flávio Vasques, representando o Procurador-Geral de Justiça, Carlos André Mariani Bittencourt.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: A Coordenadora Estadual de Defesa da Educação, Promotora de Justiça Maria Elмира Evangelina do Amaral Dick.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: O Promotor de Justiça da Infância e Juventude em Belo Horizonte, Celso Penna Fernandes Júnior.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: A Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte, Professora Sueli Maria Baliza Dias.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: O Conselheiro Presidente da Conspiração Mineira pela Educação, Evando José Neiva.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: E o Assessor Especial da Presidência do Grupo Positivo e palestrante de hoje, Claudio de Moura Castro.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos neste momento o Hino Nacional Brasileiro.

[Execução do Hino Nacional Brasileiro]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Gostaríamos de agradecer e destacar as seguintes presenças: do diretor do Centro de Políticas Públicas da Fundação João Pinheiro, José Osvaldo Lasmar; do diretor da faculdade Face(F), Dr. Ricardo Guimarães; do diretor da Educalis(F), Professor Aécio Lira. Gostaríamos de agradecer também aos servidores do Ministério Público aqui presentes, promotores, senhoras e senhores. Para a abertura deste encontro, ouviremos a Promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick.

SRA. MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Bom dia a todos. Início cumprimentando a esta seleta mesa, os colegas servidores, promotores e convidados. É com enorme satisfação e alegria que nós abrimos e lançamos o projeto denominado “Encontro sobre Educação no Ministério Público”, criado em parceria com a 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte, a Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação, destacada por suas atribuições específicas no âmbito educacional, e a Conspiração Mineira pela Educação. Então, é com enorme satisfação que nós vamos ter encontros

mensais para discutir temas atuais e relevantes da área da Educação. A educação apresenta essa característica da essencialidade, de ser um direito fundamental, posto a nós pela Constituição, e que por isso há essa interface e essa relevância de atuação do Ministério Público. O Ministério Público nacional está preocupado com a área da Educação. Em nível nacional, nós temos uma recomendação do Conselho Nacional de Procuradores Gerais – CNPG – para que cada estado, cada Ministério Público tenha a sua promotoria de origem, o seu centro de apoio ou coordenadoria na área da Educação, e nós estamos lutando bravamente para que isso aconteça. Aqui, em Minas Gerais, já faz três anos e meio que nós temos a Coordenadoria da Educação, sob minha responsabilidade e que foi uma iniciativa do Dr. Alceu José Torres Marques, então Procurador-Geral de Justiça. E agora nós já temos, criada por lei, por iniciativa do nosso atual Procurador-Geral, Dr. Carlos André Mariani Bittencourt, a Promotoria de Justiça da Educação, que será instalada assim que possível. E, em nível nacional, nós estamos também, pelo Grupo Nacional de Direitos Humanos e pela Copeduc – Comissão Permanente da Educação – discutindo e brigando pela área da Educação. Eu terei a honra e a satisfação de coordenar essa comissão nacional por um ano, tendo sido eleita na semana passada, em Salvador. É um grande desafio e uma grande responsabilidade termos nas mãos a discussão das atribuições da Educação no Ministério Público mineiro e nacional. Então,

é com esta fala e com esta responsabilidade de estarmos discutindo a atribuição da Educação em cenário nacional que lançamos este projeto – “Encontro sobre Educação no Ministério Público” –, aqui, em Minas Gerais.

Temos também a preocupação de lembrar, sempre, que o Ministério Público, enquanto agente de transformação social, tem este direito às mãos para ser trabalhado. Pela Educação, também iremos fazer grandes e relevantes transformações sociais. Evidentemente, a Educação é um carro-chefe, uma fala-chefe do Ministério Público. Daí a importância e a relevância deste próprio debate na área da Educação, nas suas várias vertentes. Isso é inovador, e toda inovação, muitas vezes, causa resistência, desconforto, incômodo. Vamos tratar de matérias que estavam sendo tratadas em outras áreas, mas a fala da Educação tem de ser uma fala de parceria, solidariedade e interdisciplinaridade para que possa acontecer. A Constituição mesmo coloca que a promoção da Educação é feita de forma parceira – família, Estado, comunidade, entorno –, todos nós discutindo, trabalhando e operacionalizando a Educação lá na ponta. E é com grande alegria que recebemos o Professor Dr. Cláudio de Moura Castro aqui no Ministério Público, pela relevância de seu trabalho. Vou falar um pouquinho sobre o que eu trouxe depois, na hora dos debates, mas eu queria já deixar claro e mostrar, assim, o quanto que nós gostamos e admiramos a fala do senhor.

Eu, que fiz Direito e Letras há mais de 25 anos, na década de 1980, antes da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e já tinha esta preocupação e este entusiasmo com a área da Educação, uma vez li um artigo do senhor na revista *Veja* de 1º de dezembro de 1999. O texto me chamou tanto a atenção que eu o cortei da revista e o guardei e, nos meus guardados, eu o achei e falei comigo mesma: vou levar para dizer que eu realmente guardei e vou mostrar pelo amarelinho da folha. O tema é: a Universidade do Distrito Federal. Depois vamos falar um pouquinho da propriedade dos assuntos que o Professor Dr. Cláudio de Moura Castro nos coloca. E eu queria fechar minha fala para fazer uma colocação a respeito do dia de ontem, que foi o Dia Internacional da Mulher. Temos aqui a nossa secretária municipal da Educação, que já estava me contando que, sábado, recebeu comendas pelo dia, o que nos deixa muito felizes, porque ela nos representa muito bem na sua forma, na sua postura, na sua elegância, na sua competência dentro da Secretaria Municipal de Educação, aqui de Belo Horizonte. E, dentre as inúmeras mensagens que todas nós pudemos ter recebido – de parabéns, de felicitação, de conquistas e de trabalho – nós, também, dentro de um grupo de promotores de justiça, fizemos uma de reflexão perto do final do dia – isso foi interessante, depois tantos parabéns, de tantos votos de bênçãos e de proteção,, que é aquilo em que acredito em primeiro lugar – sobre

o trabalho da mulher promotora de justiça. Este trabalho nem sempre é fácil e, muitas vezes, nós o fazemos na raça. Em nível nacional – eu não falo só de Belo Horizonte –, muitas mulheres promotoras de justiça têm trabalhado com violações de direitos, com desrespeito, com ameaça, com adoecimentos – o que não é fato raro. Temos também uma grande preocupação com o desrespeito a princípios constitucionais – como o do promotor natural, o da independência funcional – que, às vezes, acontece. Foi uma reflexão sobre a nossa postura e o nosso trabalho. E, no que diz respeito a essa reflexão, eu recebi de uma colega uma mensagem que cabe na área da Educação e que eu queria reproduzir aqui para que pudéssemos pensar. É uma fala muito conhecida de todo mundo, expressa por uma filósofa ativista, marxista revolucionária do século XX, em que ela – a Rosa Luxemburgo – diz o seguinte: “por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”. Por sua luta ela foi fuzilada, assassinada, mas que essa fala represente também um pouco da nossa fala da Educação. Por um mundo onde a escola possa refletir o mundo em que vivemos. Que sejamos socialmente iguais, que tenhamos direitos sociais iguais, e que isso venha também da escola. Humanamente diferentes, que a escola possa abarcar essa diversidade em todos os seus níveis. E totalmente livres, que tenhamos a possibilidade e a liberdade de interpretar os conteúdos curriculares também de acordo com os nossos pensamen-

tos. Então este encontro é, para nós, muito importante, porque estamos iniciando uma etapa de formação de um pensamento crítico na área da Educação dentro do Ministério Público, para os nossos profissionais, para os nossos promotores, para os nossos convidados e colocando o Ministério Público do Estado de Minas Gerais – isto já vem acontecendo – na perspectiva nacional de discussão da Educação. Então, Dr. Cláudio, é um prazer imenso recebê-lo, e eu fiz só essa introdução para mostrar para o senhor a preocupação do Ministério Público nacional na área da Educação, as parcerias que queremos fazer e estamos fazendo, e que possamos realmente discutir, debater Educação com afincos, de modo muito informal, que possamos aprender muito com esses encontros, que serão mensais. Eu gostaria muito de agradecer a presença de todos, a parceria com a Conspiração Mineira pela Educação, a parceria que existe desde sempre com a 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível, e que tenhamos todos um ótimo encontro. Muito obrigada pela presença.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos agora o promotor da Infância e Juventude de Belo Horizonte, Celso Penna Fernandes Júnior.

SR. CELSO PENNA FERNANDES JÚNIOR: Bom dia a todos, bom dia à mesa, ao Dr. Geraldo Vasques, Procura-

dor de Justiça representando o Dr. Procurador-Geral do Ministério Público, ao professor Evandro aqui do meu lado, parceiro nosso da Conspiração Mineira pela Educação, à Dra. Maria Elmira, da Proeduc, à professora e secretária municipal da Educação, Sueli Baliza, e ao nosso convidado, o palestrante professor Claudio de Moura Castro. Bom, queria fazer um breve histórico da origem desta ideia, que nós tivemos na promotoria, junto com a Dra. Maria Elmira, da Proeduc, de fazer encontros sobre educação, com o Ministério Público. Nós tivemos a ideia cerca de quatro anos atrás, quando fizemos, na Promotoria da Infância, um ciclo de debates – não é era uma coisa sistemática –, que durou mais ou menos um ano, sobre a temática da infância e juventude de um modo geral – educação, saúde, assistência social, enfim, todas as políticas que envolvem crianças e adolescentes. E convidamos professores, políticos, pessoas que tinham alguma coisa a dizer a respeito do tema. Desde o início do ano passado, 2014, nós vínhamos pensando e tentando fazer um outro ciclo de debates. Nós pensamos bastante e chegamos à conclusão de que seria interessante fazer um ciclo de debates sobre a Educação. Nós achamos, pensando também a atuação do Ministério Público. A gente acha que o Ministério Público ainda precisa aprofundar e refletir sobre esse papel dele dentro do cenário educacional brasileiro. De um modo geral, tanto no âmbito público, quanto no âmbito privado. Educação, no meu modo de ver, é um sis-

tema educacional, que envolve escolas públicas, escolas privadas, sistema público, sistema privado, e o Ministério Público tem de ter uma posição e refletir sobre qual o papel que ele vai desempenhar perante a sociedade dentro desse cenário que é brasileiro, mas que na prática a gente sabe que acaba atingindo as pessoas lá onde elas vivem, na escola que elas acabam tendo que estudar. Então, isso é muito importante para todo mundo, para a sociedade brasileira de um modo geral. A Educação, como a gente sabe, pelo menos da boca para fora, é a política pública mais importante do país. Todo mundo diz isso, nunca vi ninguém falar nada contra a Educação. Só que a gente sabe que, na prática, as coisas nem sempre funcionam como a teoria diz que deveriam funcionar. Então eu acho que o Ministério Público tem uma responsabilidade sobre isso. A gente precisa mudar a nossa maneira de atuar diante desse cenário, em que se gasta dinheiro com Educação e nem sempre o retorno é aquele que se espera. Então eu espero que, neste ciclo de debates mensais durante todo o ano de 2015, a gente possa discutir aqui, na Procuradoria, neste Salão Vermelho, a política educacional brasileira e a sua relação com o Ministério Público. Então, eu espero, né, que começando agora, convidamos o professor Cláudio de Moura Castro, é uma grande honra recebê-lo aqui e a gente sabe, tenho certeza que isso vai ser muito bom para todos nós.

Eu gostaria só de fazer uma lembrança, por fim, de que este ciclo de debates também é feito em homenagem à Lei 8.069, de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que, neste ano, em julho, vai completar 25 anos de edição. Acho muito difícil o Ministério Público atuar na política educacional brasileira sem ter como retaguarda o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é a lei que protege a criança e o adolescente brasileiros. Quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional se refere à Educação Básica – não ao ensino superior, mas à Educação Básica –, aplica imediatamente o Estatuto da Criança e do Adolescente. E esse estatuto é importantíssimo para a defesa da Educação Básica brasileira, pública e privada. Então, gostaria só de lembrar que este ciclo de debates que começa hoje é uma homenagem e uma lembrança que nós fazemos aos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Muito obrigado.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos agora o presidente da Conspiração Mineira pela Educação, Evandro(F) José Neiva.

SR. EVANDO JOSÉ NEIVA: Muito bom dia. Registrando a honra que nós sentimos em estar neste encontro, o primeiro de uma série que já está em curso, e representando, como tantos outros companheiros aqui, o nosso movimento, a Conspiração Mineira pela Educação. Quando eu olho

para o tema 1 – quem vai consertar a Educação brasileira? –, digo que a Conspiração vai ‘concertar’ a Educação brasileira. Eu não poderia ser tão presunçoso assim, mas ‘concertar’ com C, porque a nossa proposta é fazer uma grande integração, uma grande parceria. Estamos conseguindo fazer isso. O encontro de hoje no Ministério Público mostra o comprometimento para valer – não é apenas uma boa intenção – do Ministério Público com este tema, e não é de agora. Temos trabalhado, desde 2006, em vários encontros que a gente chama de fóruns de liderança em Educação com os diretores das escolas públicas. Portanto, vamos completar nove anos de atuação sistemática pela Conspiração. O Cláudio [de Moura Castro], que está ali, na extremidade oposta da mesa, é um dos fundadores, inspiradores e pensadores da Conspiração desde que ela foi fundada. A formulação estratégica e os caminhos a seguir nos foram dados pelo Cláudio, e nós os estamos seguindo cada vez com mais efetividade. Mas o que é a Conspiração? Explico-a para muitos que estão ouvindo essa expressão pela primeira vez. Por que eu falei em ‘concertação’, com ‘c’? Porque nós queremos fazer uma grande articulação das forças transformadoras que podem dar uma contribuição para a Educação. O Ministério Público, por exemplo, tem uma força de transformação evidente, com tudo o que a gente ouviu da Dra. Maria Elmira – uma fala inspiradora. Depois de amanhã, nós – e temos vários conspiradores aqui na sala – estaremos com a Secretária

de Educação do estado de Minas Gerais, a Professora Macaé Evaristo, que também é uma das fundadoras da Conspiração. Como o novo governo está assumindo o poder agora, nós retomaremos a Conspiração com a nova gestão – o novo governador, a nova secretária – nesta quarta-feira, com as melhores expectativas da Professora Macaé. E a gente sabe que existe um alinhamento maravilhoso entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria Municipal de Educação, com a professora Sueli Baliza. Isto é uma coisa rara, como um alinhamento dos planetas que acontece a cada século. Esse alinhamento em Minas Gerais, em Belo Horizonte, é uma coisa maravilhosa, uma força importante de transformação. Nós temos vários temas. Um deles é a Educação Infantil. Belo Horizonte dá um exemplo notável de como tratar da Educação Infantil com competência através das UMEIs. Não sei quantas vão ser inauguradas este ano – 28? Quer dizer, duas por mês, e já tendo uma base de quantas?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Hoje nós estamos com 102 já em funcionamento.

SR. EVANDRO JOSÉ NEIVA: São números incríveis. Alguém aqui já visitou a UMEI? Nós já visitamos. A UMEI – eu já tenho 50 anos de estrada em Educação –, é a escola mais extraordinária que eu já vi na minha vida, em todos os aspectos – na concepção arquitetônica, na beleza,

na proposta pedagógica. Vale a pena visitar uma UMEI. Dentre tantas sempre existe uma muito próxima da casa da gente. Vai lá e visita. A gente vai se sentir orgulhoso e dizendo: “olha, tem um caminho animador para a Educação, que se apresenta em Belo Horizonte como uma referência”. E nós temos o compromisso – inclusive, temos uma coordenação de Educação Infantil dentro da Conspiração – de levar esta experiência notável a 34 municípios da Região Metropolitana. Os desafios são fantásticos. Nós vamos ter trabalho para o resto dos nossos dias. A Conspiração é um trabalho contínuo de mobilização e de muitas parcerias, não só com a força da área pública. A Conspiração dialoga com muita naturalidade – até pela forma como a gente criou com o movimento – com a área empresarial. As grandes entidades empresariais são parceiras da Conspiração. A Fiemg (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), a ACMinas (Associação Comercial e Empresarial de Minas), a Amcham (American Chamber of Commerce for Brazil), todas essas grandes forças empresariais estão comprometidas com a Conspiração, não apenas para apoiar, mas para participar efetivamente do esforço de melhorar a qualidade da Educação pública. Amanhã estaremos presentes em mais uma reunião da diretoria da Fundamig (Federação Mineira de Fundações e Associações de Direito Privado), que congrega quase 200 fundações espalhadas por toda Minas Gerais e é uma das instituições fundadoras da Conspiração. Falei

de ‘concertar’ com C justamente porque a gente consegue fazer o tripolo com a área pública, a área empresarial e as fundações. Essa força, que se articula em três vértices, dá a perspectiva de que a gente tem contribuído de uma maneira muito forte com a melhoria da Educação pública. A gente fica muito animada com a fala, muito inspirada, da Dra. Maria Elmira e com o comprometimento com as ideias relacionadas à educação. Nós vamos trabalhar juntos. Eu gostaria de, todo mês, estar aqui, assistindo a mais uma apresentação, cujo ciclo começa hoje com o Cláudio, fundador de nosso movimento. O Brasil está passando por um momento difícil, de grande turbulência, mas, nesses momentos, a gente encontra também muita inspiração para poder criar novas alternativas. Então, não é um momento de desânimo, mas de estimulação. Vamos juntos. Muito obrigado.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos a Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte, Professora Sueli Maria Baliza Dias.

SR. SUELI MARIA BALIZA DIAS: Bom dia a todos e todas. Eu quero cumprimentar a mesa, o Dr. Geraldo, a Dra. Maria Elmira, o Dr. Celso, o professor Evandro Neiva, que é meu companheiro desde 2006 na Conspiração Mineira, um líder inspirador e uma das pessoas que mais

se preocupam com a Educação. Parabéns, professor. É uma honra continuar nesse trabalho com o senhor. Quero cumprimentar também o nosso palestrante, o professor Cláudio de Moura, que é outra inspiração. A gente acompanha seu trabalho e seus pensamentos, Cláudio, e é um prazer ouvi-lo aqui nesta manhã. Estou ouvindo as falas e observando este auditório e fico muito feliz com o fato de tantas pessoas de bem estarem aqui reunidas, pensando em como consertar a Educação. Esse conserto é com “S” mesmo, Professor Evandro, e é o que a gente precisa. Vários companheiros – colegas de luta da Rede Municipal de Educação, representados pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Sindicato dos Professores da Educação da Rede Municipal – também vieram aqui hoje, acolhendo o convite para discutir o tema. Quando a Dra. Maria Elmira mencionou a Rosa Luxemburgo, eu me lembrei de outra grande mulher, a Hanna Arendt, que dizia que o importante é o direito a ter direito. A gente não pode eliminar esse primeiro direito. Inclusive, acredito que é por isto que nós estamos lutando na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Eu tenho a alegria de suceder a várias administrações bem sucedidas na luta pela Educação municipal. A secretária Macaé, por exemplo, citada pelo Profº Evandro, me antecedeu na Secretária Municipal. Uma série de projetos muito bem avaliados foram implementados e são hoje mantidos porque dão direito efetivo às nossas crianças e aos nossos adolescentes. O Profº Evandro

também mencionou as Umeis, um projeto que necessita de uma força hercúlea. Hoje há cerca de 53 mil crianças de zero a cinco anos convivendo diariamente na nossa rede, com nossos professores, com os funcionários, enfim, e dentro de uma política de respeito muito grande, alimentação acompanhada pela Secretaria de Alimentação e Nutrição do município, com direito ao kit escolar, a uniforme, enfim, professores que são concursados da rede, e pessoas que podem prestar serviços acessórios ao trabalho das Umeis. O conjunto de ações nas Umeis é realmente muito caro e o município o executa sabendo o que faz. Nele estão as sementes do amanhã, nossos futuros políticos, nossos futuros dirigentes. Além da Educação Infantil, eu queria falar sobre a Educação no Ensino Fundamental. No Ensino Fundamental, estamos travando uma luta muito intensa, que consiste em melhorar os índices e a qualidade da Educação. Belo Horizonte é vista como uma cidade-referência em Educação no Brasil, mas ainda tem um longo caminho a percorrer, que pode ser o trabalho conjunto que tem sido feito com muita seriedade e muito respeito, tentando aumentar não só a condição de receber alunos, mas também a qualidade do ensino e o respeito ao professor e ao trabalhador da Educação. E a Educação é mesmo o caminho. Quiçá, o *slogan* Pátria Educadora seja de fato o *slogan* a ser levado como uma bandeira para os próximos anos. Eu agradeço muito à Dr. Maria Elmira, ao Dr. Celso, à Dra. Maria de Lourdes, que esteve na semana

passada na Secretaria de Educação e de quem veio – dela e do Dr. Celso – o convite para que eu estivesse aqui hoje juntamente com a equipe da Secretaria. Estamos juntos. Eu agradeço demais ao Ministério Público pelo empenho e pelos ensinamentos. Vocês [do Ministério Público] são nossos professores em muitas lutas. Muito obrigada. A Secretaria Municipal de Educação sempre estará de portas abertas para a troca de conhecimento e para o trabalho conjunto, que, certamente, são para o bem da Educação e para o bem do país. E que tenhamos, então, um ótimo momento – com certeza, teremos – com o Dr. e Prof. Cláudio de Moura. Muito obrigada.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Encerra os pronunciamentos o Procurador-Geral Adjunto Institucional, Geraldo Flávio Vasques.

SR. GERALDO FLÁVIO VASQUES: Meu bom dia a todos. A minha função básica aqui, receber, eu faço com enorme prazer, porque tenho a chance de encontrar figuras como o Dr. Lasmar, que, quando eu o conheci, eu era um pouco mais novo. Hoje sou bem mais velho que ele – o senhor não envelhece, Dr. Lasmar, a cada dia fica mais jovem. Eu queria saudar a mesa: a Maria Elmira e o Celso, que são companheiros de longa data; é um prazer receber a Secretária Municipal de Educação e o Prof. Evandro, e

todo mundo precisa apresentar, todo mundo que já leu e ouviu alguma coisa do nosso palestrante, daqui a pouco, que vai ser ainda melhor apresentado pela Dra. Maria Elmira, então não vou deixar de [ininteligível] aqui agora. Eu queria agradecer a todos pela presença nesta manhã de segunda-feira. Como há vários promotores aqui, não vou fazer a nominata. Sejam todos bem-vindos. É um prazer vê-los. Saúdo todos os servidores que estão aqui na presença do Presidente do SINDSEMP, Dr. Eduardo Maia, que está na última poltrona, como sempre, está sempre lá no fim, mas sempre presente. Saúdo também a todos os convidados. Muito obrigado por tudo. Quanto ao tema Educação – eu não vou me alongar, sou simplesmente o recebedor de vocês –, sou filho de educadora, e grande parte da minha vida foi passada dentro do Instituto de Educação, um centro de pedagogia de Minas Gerais onde minha mãe trabalhou – depois na Iemg – por bastante tempo. A Educação sempre foi um fator muito forte na minha formação, principalmente no que diz respeito à diferenciação entre “concertar” e “consertar” e à questão do “professar”, do professor, que às vezes professa uma ideologia, professa várias coisas, mas não professa a Educação. Ele professa diversos credos, diversas ideologias, mas não professa a Educação. O professor tem de ser, antes de tudo, educador, independentemente do seu credo político, filosófico, religioso. Eu sempre tive esperança, embora no Brasil haja crise, e crise desde que nasci. Mas é indubitável que, em

termos de acesso à Educação, o país deu um salto fantástico. Falo isso porque é visível e a gente sofre na pele os resultados. Eu tenho duas filhas, e o acesso delas a uma universidade federal, que era o caminho normal, é muito mais difícil porque existe um concorrência muito maior de outras pessoas que estão tendo acesso. O acesso à Educação Fundamental, que antes se fazia na escola pública, no Instituto de Educação, onde eu e grande parte das pessoas estudamos, [ininteligível], hoje é muito mais restrito inclusive à classe média um pouco mais privilegiada, porque o acesso cresceu com as Umeis e tudo o mais. Como hoje o acesso à Educação está muito mais amplo, tendo crescido exponencialmente, talvez a qualidade decorrente deste acesso é que tenha de melhorar. Tudo que cresce exponencialmente nem sempre está preparado para receber de forma qualitativa e quantitativa. Eu acho que o caminho é esse. A desvantagem de falar por último é que as ideias que a gente tem são faladas antes. Eu também tinha pensado no ‘concertar’, mas principalmente com relação ao Ministério Público. A Maria Elmira, o Celso e, provavelmente, os demais promotores sabem que temos tentando implantar no Ministério Público uma política diferente, ou seja, o MP deixar de ser estilingue, de simplesmente acusar o erro e apontar a mazela, e tentar consertar a mazela e concertar, no sentido de reger ou, pelo menos, de corrigir essas questões. Toda e qualquer questão é de parceria. Não existe mais a possibilidade de a justiça, a saúde,

a educação ou qualquer outro aspecto da vida social atual ser atribuição única e exclusiva do poder público ou de uma entidade. Não existe essa possibilidade. O Lasmaz, que é meu amigo de longa e já esteve em vários órgãos do Estado, sabe que qualquer órgão necessita de parceria. O Ministério Público está pronto para ajudar, receber, trazer ideias, trocar ideias, receber o que puder de informação para repassar o que puder de informação. Hoje a parceria – ou seja, o concerto, a regência de vozes e instrumentos que não predominam uns sobre outros, mas que se coordenam para que existe uma melodia harmoniosa – é fundamental na Educação. Mais uma vez eu falo: sou pai de duas meninas que, espero, terão Educação no Brasil. Digo “espero” porque hoje percebo um desespero muito grande, a premissa de que nada no Brasil dá certo, de que é preciso mandar o filho para ali ou para cá. Eu acho que a gente tem de investir um pouco aqui, porque só existe o aqui “aqui”, não existe o aqui “lá”. A gente tem de fazer a nossa vida aqui, e nossa vida aqui passa, principalmente, por uma questão de coerência de trabalho entre o nosso discurso e a nossa ação – às vezes é muito intenso o conflito entre o que se fala e o que se faz –, e eu espero que esta iniciativa seja vencedora como todas as outras no MP têm sido, ainda que o resultado não atinja 100% do esperado. Se a gente conseguir 60, 70%, já será um passo muito maior do que 0%. Muito obrigado a todos pela presença e, mais uma vez, agradeço a presença do palestrante. Obrigado.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Agradecemos aos integrantes da Mesa e solicitamos que tomem assento no auditório, à exceção dos promotores Celso Penna e Maria Elmira e do expositor de hoje, Cláudio de Moura Castro. O promotor Celso Penna fará a apresentação do palestrante.

SR. CELSO PENNA FERNANDES JÚNIOR: Farei uma breve leitura do *curriculum vitae* do professor Cláudio de Moura Castro para que ele possa se pronunciar. Professor Cláudio de Moura Castro, formado em Economia pela UFMG, fez mestrado pela Universidade Yale, início do programa de doutoramento na Universidade da Califórnia, em Berkeley, terminando na Universidade Vanderbilt, em Economia. Ensinou nos programas de mestrado da PUC Rio, Fundação Getúlio Vargas, Universidade de Chicago, Universidade de Brasília, Universidade de Genebra, Universidade de Borgonha, em Dijon, na França. Trabalhou no Ipea/Inpes e foi coordenador técnico do programa Eciel, passando em seguida a diretor-geral da Capes. Foi também secretário executivo do CNR/Ipea. No exterior foi chefe da divisão de política de formação da Oet em Genebra, economista sênior de recursos humanos do Banco Mundial e chefe da divisão de programas sociais do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ao aposentar-se no BID, em fins de 2001, assumiu a posição

de presidente do Conselho Consultivo da Faculdade Pitágoras, permanecendo até a metade do ano de 2009. Atualmente, é assessor especial da presidência do Grupo Positivo, é autor de mais de 35 livros e 300 artigos científicos e é articulista da revista Veja. Muito obrigado pela presença, professor, e passo a palavra para o senhor para poder fazer as suas considerações.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Eu fico muito feliz de ser convidado para vir a esse lugar...

[falas sobrepostas]

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Fico muito feliz porque acho que a promotoria tem um papel e um potencial enormes de melhorar a Educação, de fazer os dois consertos – para usar a metáfora do Evandro. Quero começar narrando uma entrevista do Václav Havel, concedida poucos meses depois de ele estar na posição de presidente da República Tcheca. Perguntaram a ele: “Como é esse negócio de ser presidente para um escritor?”. E ele disse: “Olha, é muito esquisito. Durante toda a minha carreira eu tinha de ser original, publicar um livro a cada ano. Como presidente, eu tenho de repetir a mesma coisa, a mesma coisa, a mesma coisa, até o povo entender”. Por que essa citação? Porque é preciso repetir muitas das coisas que eu vou falar. Se há algum mérito na minha apresentação, é não ter originalidade, é falar sobre um quadro geral do que está

acontecendo na Educação, é mostrar que hoje há um consenso cada vez mais consolidado a respeito do que precisa ser feito. Na hora de fazer é complicado, mas, pelo menos, hoje nós temos um conceito bem maior. Há cinco anos, uma ONG de São Paulo encomendou a doze pessoas que cada uma delas fizesse uma lista das seis coisas que precisavam ser feitas na Educação. Quem fez o resumo do total, quer dizer, seis vezes doze, poderia ter tido um trabalho medonho de compactação. Mas não foi o que aconteceu, porque o grau de coincidência do que foi sugerido pelas doze pessoas foi extraordinariamente grande. Ou seja, se consideramos as pessoas que estão pensando sobre Educação e que têm um pensamento maduro e sereno a respeito do tema, constatamos que existe um enorme consenso. É sobre isso que eu gostaria de falar. Começamos com um quadro geral do que está acontecendo com a educação brasileira. Inevitavelmente, não é um quadro positivo. Primeiro, vou mostrar uma série de medidas que não deixam dúvidas acerca desse quadro e, em seguida, vou apresentar alguns atenuantes, mostrando por que é assim. Hoje temos condições de medir com grande precisão a qualidade da Educação brasileira. Existem muitas ferramentas que mostram como a Educação no país é ruim. No primeiro Pisa – Programme for International Student Assessment –, que contabilizava pouco mais de trinta países, o Brasil foi o último colocado. Agora, com mais de sessenta, o Brasil está entre os dez piores. Melhorou, não o suficiente para tirar o país do buraco.

Tem gente que diz: “olha, o Brasil está entre os piores do mundo”. Não. Os 65 países avaliados são os melhores do mundo, então o Brasil é um dos piores entre os melhores. Não é tão ruim assim. Menos mal. Ruim, mas não entre os piores. Todo mundo diz: “isto é porque o Brasil tem a educação dos pobres. A nossa elite é boa, é bem educada”. No entanto, o Pisa mostrou que os filhos do grupo mais rico – podemos falar, as elites brasileiras – têm um desempenho pior do que os filhos de operários da Europa. Ou seja, o entusiasmo com a melhor educação no país não é justificado. Mais ou menos metade daqueles que chegam à quarta série, de acordo com o que já mostrava o Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica e hoje mostra a Prova Brasil, são considerados tecnicamente analfabetos funcionais. Num país que possui um sistema de educação regular, com um ou dois anos todo mundo é funcionalmente alfabetizado. O nosso povinho, por sua vez, chega ao fim do quarto ano e ainda não está alfabetizado. Ou seja, é difícil imaginar um resultado pior. No entanto, o grande problema hoje é o Ensino Médio. O Fundamental é ruim, mas a gente sabe o que precisa fazer com ele. O Médio, além de ruim, a gente não sabe o que precisa fazer com ele. Não há acordo. Primeiro, o Médio tem uma cobertura muito baixa, quer dizer, bem menos da metade dos alunos, não dos alunos, da coorte, consegue se formar no Médio. Países como Chile – para não falar dos países europeus – já estão próximos de universalizar o Médio, enquanto nós estamos marcando

passo abaixo de 50%. Não fosse pouco, em vez de avançar e cobrir uma faixa cada vez maior da coorte, a matrícula encolhe. Isso é absolutamente inaceitável. E, apenas para falar de matemática, o aproveitamento medido pelos parâmetros que foram desenvolvidos inicialmente para o Saeb e para a Prova Brasil e que são inspirados no Pisa mostram que os alunos aprendem 10% do que deveriam. Também é difícil imaginar um resultado pior. Dito isso, a primeira pergunta é: por quê? E a resposta, antes de tudo, é: começamos muito tarde. A verdade é que o Brasil começou a organizar a educação um século depois de Argentina e Uruguai. Sarmiento e Varela, respectivamente, começaram a grande revolução educativa na Argentina e no Uruguai por volta da metade do século 19, enquanto o Brasil, pode-se dizer, começou na metade do século 20. Então, não admira que a gente esteja tão mal. Nós tínhamos uma taxa de analfabetismo de cerca de 90% em 1900. Quando eu comecei a estudar educação, por volta de 1970, as estatísticas educativas da Bolívia, Paraguai e Peru eram muito superiores às brasileiras, e até hoje, se eu considero os níveis de educação a partir da faixa de 40 a 50 anos, Paraguai e Bolívia têm números melhores que o Brasil. Ou seja, começamos tarde. Hoje nós estamos à frente de todos, exceto o Cone Sul. Mas é preciso reconhecer que temos um grande avanço na quantidade, ao passo que a qualidade, embora esteja começando a melhorar, está longe de chegar a nível aceitável. Dito isso, vamos em frente.

Primeiro capítulo: gestão. Não é possível uma escola boa se a gestão é ruim. Isso é claríssimo. A escola é uma organização como outra qualquer, como o Vaticano, como a Coca-Cola, como a Microsoft, como o orfanato. Ela opera com regras comuns a qualquer organização e que são muito bem conhecidas. A primeira regra, o que a escola precisa saber, pode ser assim resumida, em mineirês: “oncotava?”, “oncotô?”, “oncovô?”. Se não houver clareza a respeito do que era a situação, do que é a situação e aonde se quer ir, não se dá um passo à frente. Morreu na praia, não avançou. É preciso ter metas. Se eu não souber “oncotava”, “oncotô”, “oncovô”, eu estou perdido, eu estou fazendo um voo cego. Essas metas têm de ser quantitativas. Dizer que a educação é boa ou ruim não adianta. Ou se tem números, ou não se tem nada. Isso é verdade nas empresas e é verdade na Educação. Se não somos capazes de medir e definir, não damos um passo à frente. Primeira advertência: não pode haver 37 metas. Quando tudo é prioritário, nada é prioritário. É preciso ser extremamente econômico na fixação de metas. Eu visitei – o Evandro estava presente – a escola de Funilândia, que tem um sistema de gestão, e, no primeiro ano primário, perguntei a um menino, na sala de aula, assim, de supetão: “menino, quais são as suas metas?”. (Não lembro que palavra eu usei.) Ele disse: “aprender a ler e a aprender a fazer conta”. Claríssimo, claríssimo. Essa escola conseguiu definir e transmitir até para o aluno do primeiro ano primário

quais eram as metas. Então, essa escola está fadada ao sucesso – e ela realmente teve bons resultados. As pesquisas mostram que as escolas bem-sucedidas definiram o rumo, a direção, o azimute, e mantiveram o combinado. Não se pode dizer: “agora é isso”, “agora é não sei o quê”. É claro que há certas revisões de rumo à medida que se aprende, mas, em grande medida, é preciso seguir com as mesmas metas. Se mudam para cá e para lá, as pessoas ficam confusas e não vão a lugar algum. Se um remador rema para a direita e o outro rema para a esquerda, o barco fica parado. Por isso, todo mundo tem de compartilhar as metas, que valem para a secretária, para os diretores, para os professores, para os alunos e até para os funcionários administrativos. Todo mundo tem de conhecê-las, aceitá-las, embarcar nos objetivos. Essas são as primeiras regras de gestão. Mas, quando falamos: “vamos melhorar a gestão”, há pessoas que dizem: “não, isso é neoliberal, isso é produtivismo, isso é não sei o quê”, ou: “imagina, olha as empresas, só pensam em lucro, só pensam em crescer. A escola não é isso”. Realmente, a escola não é isso. Mas, quando nós falamos de gestão, falamos de definir com total liberdade quais são as metas e prioridades da escola. Ninguém disse que a escola tem de crescer ou tem de dar lucro. O que nós estamos dizendo é que as escolas têm de definir aonde querem chegar. Uma escola corânica, fundamentalista, extremista, talvez diga: “o meu sucesso vai ser definido pelo número de alunos-bomba que eu produzir”.

Não é necessariamente uma meta que eu endossaria, mas é uma meta. A escola tem todo o direito de propor uma meta e fazer uma gestão absolutamente precisa, correta e brilhante para alcançá-la. A escola pode querer desenvolver aptidões artísticas, como nas escolas de música, ou aptidões científicas, como nas escolas especializadas em ciência existentes em muitos países. Quer dizer, há, no nível conceitual, total liberdade da escola em escolher o que quer fazer, ou seja, qual é sua meta. Mas, assim que fixou a meta, tem de segui-la. Escolas que introduziram bons sistemas de gestão deram um salto de qualidade. Avanços de um ponto a um ponto e meio no Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, num período de dois anos, não são incomuns – acontecem, e em muitos casos. Se temos uma meta e queremos alcançá-la, precisamos de ferramentas que nos ajudem a fazer com que as coisas aconteçam e que nos ajudem a encontrar os problemas onde possivelmente está a sua raiz. Precisamos de técnicas para acompanhar e corrigir o rumo quando necessário. Gestão é isso, não tem a ver com negócio neoliberal, porque a escola é livre para decidir o que quer, seja quantidade, seja qualidade, seja esporte. Uma vez que a escola define o que quer, basta aplicar as técnicas de gestão. Ponto, parágrafo. Eu acho que há uma aceitação crescente da ideia de gestão, mas, ao mesmo tempo, ainda há um caminho gigantesco a percorrer. Nós não estamos bem em matéria de gestão.

A gestão começa com o diretor, e os problemas com ele não são menores. Um pesquisador da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo mostrou que o diretor trabalha muito mais do que o horário normal das 40 horas ou o que seja. Ele trabalha sábado, domingo, fim de semana. A proporção de tempo gasta com educação é quase nula. O trabalho do diretor se resume a apagar fogo: é briga daqui, é confusão dali, é merenda para comprar, é conta para prestar. A papelada que vai para o MEC, a papelada que vai para a secretaria, a papelada que tem de se preencher, tudo isso faz com que praticamente não sobre tempo para cuidar da Educação. Isso é grave. O diretor tem muita autonomia para fazer bobagem, mas, para fazer os consertos – aqui com “s” – que são necessários, tem muito pouca autonomia. Com o dinheirinho da escola melhorou um pouco, mas ele não pode tirar professor, pôr professor, punir professor, premiar professor, ou seja, as coisas mais elementares. No dia em que o pipoqueiro tiver um assistente na carrocinha de pipoca, ele aplicará todos os princípios de premiar e punir. O diretor não pode. Ele não tem nenhum instrumento em premiar e punir, a não ser a sedução. A única arma administrativa de um diretor – ou a principal, digamos – é a sedução, porque ele não tem poder, na verdade. Quando a escolha do diretor era política, dizia-se: “ah, sonhamos com outro sistema de seleção”. Hoje, a escolha política caiu para, mais ou menos, 30%, talvez até menos – talvez que eu não esteja atualizado –,

e foi substituída pela eleição. Por tudo que eu sei, piorou. Na escolha política, o cara era dependente de outro, que estava não se sabe onde. Agora, para ser eleito, o diretor precisa fazer conchavo. Ele tem o rabo preso em todas as direções possíveis. Quer dizer, ele não tem realmente autonomia. Ele tem de fazer campanha, e há ainda a política partidária e outros fatores. Por tudo que se sabe, o sistema de eleição piorou. Mas não estamos entre a cruz e a caldeirinha. Existem métodos pelos quais os diretores fazem prova, prestam concurso, preparam-se e, progressivamente, podem ser eleitos pelos pares e pelos pais dos alunos. Uma pesquisa do Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira encontrou resultados bem mais positivos nessas formas mescladas de seleção de diretores. Portanto, a situação não é desesperadora. Existem formas melhores. Acontece, no entanto, que o ambiente é ruim. Alguns diretores geniais são capazes de criar um oásis de felicidade, de produtividade, de satisfação, de entusiasmo dentro da escola. Visita-se a escola e logo se vê: tem uma plantinha aqui, um tapetinho ali, um quadrinho ali, o banheiro está limpo, a escola é feliz. Mas é um trabalho sobre-humano de liderança sem instrumento de liderança, um trabalho de sedução sem capacidade de realmente premiar, a não ser de uma forma simbólica. Então, desse jeito não dá. O sistema é ruim. Estamos mal em matéria de gestão, mas não é difícil melhorá-la.

Falemos do professor. Não é possível imaginar ensino bom sem professores eficazes. O professor é o cerne do processo de ensino, não vai ser substituído por nada. Todas as tecnologias não fazem mais do que tirar fisicamente o professor daquele momento de aula, mas ele está na retaguarda, fazendo a mesma coisa ou algo parecido. Então, tudo depende do professor. Há uns quatro anos, se não me engano, a senhora Mona Mourshed, da Universidade Presbiteriana Mackenzie e uma consultora inglesa muito prestigiosa, escreveu uma monografia extremamente competente em que diz o seguinte: “a qualidade de um sistema de educação não pode exceder a qualidade dos seus professores”. Ficou todo mundo feliz com isso. É difícil imaginar alguém que tenha prestado um maior des-serviço à educação brasileira do que a dona Mona. Eu até escrevi um artigo fazendo alusão à Monalisa e dizendo que ela é a “Mona Áspera”.

O artigo da Mona Mourshed é nocivo porque os professores são estes, que estão trabalhando atualmente e vão ficar no emprego até morrer, até se aposentar. É com eles que nós temos de conviver, e há um colosso de coisas que podem ser feitas para melhorar o desempenho deles. Ou seja, é vago dizer que a qualidade de um sistema de educação não pode exceder a qualidade dos professores. Eu me pergunto: que qualidade? Se o professor não sabe dar aula, mas é ensinado a fazê-lo, sua qualidade é uma antes

do processo, e outra, depois. Se o professor não conhece o conteúdo, mas recebe um curso para reforçá-lo, sua qualidade varia. Então, esta afirmativa, “a educação não pode exceder a qualidade dos professores”, é bobagem. A educação é o produto da matéria-prima – o professor, o que ele aprendeu e o que ele continua aprendendo, o que o sistema estimula ou oferece a ele para melhorar seu desempenho. Isso é o relevante. Os professores são os que estão trabalhando atualmente e não vão ser trocados. Por isso, não adianta dizer que o sistema de educação não pode exceder a qualidade dos seus professores.

O grande problema, hoje, é a formação dos professores. Eu diria que um dos pontos mais críticos do processo é esse. Na gestão do Fernando Haddad no Ministério da Educação, repensou-se a arrumação do curso de formação de professores. Antes era um curso de inspiração francesa, a escola normal, que, no país de origem, era inicialmente de nível secundário e que, depois de aumentada a escolarização de todo mundo, passava para o nível superior. A França tem os seus cursos de formação de professores, e o Brasil montou um curso no nível superior para compatibilizar com o avanço da escolaridade brasileira, tal como feito na França. E esse programa começou a avançar. Por alguma razão – eu não quero entrar diretamente nas razões porque eu já tenho bastantes inimigos, não preciso de mais –, professores das faculdades de educação das

universidades federais não gostaram disso. “É tecnicista”, não sei o quê. “Imagina, ensina a dar aula, que coisa horrorosa”. O professor tem de ser um antropólogo, um filósofo, um sociólogo... Então, convenceram o ministro Fernando Haddad a acabar com o curso, poucas semanas depois de ele entrar no ministério. Ele se entusiasmou, deu o canetaço e acabou com o curso. Quem queria ser professor teve de cursar um programa de formação de orientação pedagógica – que, aliás, eu acho que não precisava existir – e deixou de aprender corretamente o conteúdo que precisava ser ensinado e de aprender como dar aula. Hoje se formam professores que não sabem dar aula e que não conhecem corretamente o assunto que têm de ensinar – sobretudo no ensino fundamental. Visitamos uma escola de Belo Horizonte e perguntamos a um grupo que reunia umas seis professoras: “Na faculdade vocês aprenderam a dar aula?”. “Não, não aprendemos, não”. “Então, como fazem?”. “A gente vai aprendendo”. “Quanto tempo leva para vocês aprenderem?”. “Ah, uns cinco anos”. “Quer dizer que, durante cinco anos, os alunos são cobaias?” Uma delas disse: “Sim, realmente são”. Não pode. Isso é um absurdo. A Eunice Durhan [ex-presidente da Capes] se revoltou contra isso, e eu a levei até o Fernando Haddad, e, coitado, fiquei com pena dele, porque ele admitiu que tinha feito uma burrice e disse que ia consertar. Mas não consertou, o fato é que não consertou. Continua engraçado. Nos cursos de formação de hoje, o professor de-

cora o *slogan*, o que disse o Piaget, o que disse o Vygotsky, a psicogênese do conhecimento, a luta de classes, a teoria da reprodução etc. Ele entra na sala, fecha a porta e se pergunta: “Essas coisas todas que eu aprendi, para que servem na hora de dar aula? Para nada”. Ele está totalmente desequipado para dar a aula que ele precisa dar todos os dias. Ou seja, ideologia requeitada não serve para dar aula de raiz quadrada. Um dos problemas mais sérios da Educação brasileira é que não se aprende a manejar aula. Se a gente fala com uma diretora, ela diz: “Olha, que saudade do Instituto de Educação, onde os professores aprendiam a dar aula. Os melhores que eu tenho aqui passaram pelo Instituto de Educação”. Gasta-se uma fortuna em cursos de reciclagem de professor e, nesses cursos, ensinam-se as mesmas coisas que não serviram para nada. Os sistemas de ensino funcionam porque ensinam aos professores o que eles vão usar em sala de aula. Ao cabo de dois anos de implantação no sistema de ensino, os alunos estão seis meses à frente de onde estavam. —

Um dos assuntos mais pesquisados em educação é: que variáveis se associam a um ensino de qualidade? O que se vê consistentemente é que o número de alunos não está associado à qualidade do ensino. Existe até uma entrevista do [Andreas] Shleicher, do Pisa, na qual ele repete isso, que é mais do que sabido. A Coreia [qual?] atingiu níveis altíssimos de qualidade da educação com 80 alunos na

sala de aula. Agora está abaixando o número, porque o país é rico, e a sala de aula é conforto do aluno e conforto do professor. Tamanho, número de alunos, número de professores não têm tanto a ver com o aprendizado. Aliás, não tem nada a ver do ponto de vista de correlação. Quanto à escolaridade, o professor que não tem o ensino fundamental completo não pode servir de parâmetro, mas, comparando-se professor com mestrado e professor sem mestrado, a diferença é zero, o desempenho dos alunos é o mesmo. O salário também não se associa a desempenho. Se nós consideramos apenas os estados brasileiros, o que paga melhor é Brasília, está empatado com Minas, que é o 20º maior, e está acima do Amapá, que é o pior. É o pior, pior, pior, em matemática. Fiz o coeficiente de correlação que mede, não o caso individual, mas o global, e a conclusão é a seguinte: não há associação entre estados brasileiros, entre salários e qualidade da Educação oferecida. Isso é verdade em outros países, na América Latina, no mundo. Nenhuma dessas variáveis se associa ao desempenho. Tudo depende de como o professor lida com a sala de aula. Há uma tese de doutorado muito interessante de um professor de Ribeirão Preto, publicada recentemente. Nela o professor percorre todas essas variáveis demográficas – e, como todo mundo, ele verifica que não há associação com desempenho – e, em seguida, em São Paulo, que havia um teste para o tanto que os professores sabiam, e um questionário mostrando comportamento do professor em

sala de aula. O professor, então, descobre que, de todas as variáveis presentes na análise, só duas delas sobrevivem, ou seja, só duas delas têm alguma coisa a ver com rendimento. A primeira variável é o nível de conhecimento do professor, o que é bem óbvio. É difícil ensinar se não se sabe. Mas essa variável não é tão forte assim. A variável mais forte é como o professor se comporta em sala de aula. Com que professores os alunos aprendem mais? Aqueles dos quais os alunos dizem: “Esse professor batalha com a gente até a gente aprender”, “Esse professor ensina direitinho. Ele ensina com detalhe até a gente aprender”, “Esse professor dá dever para casa”, “Esse professor corrige o dever”. O bom professor, com quem o aluno aprende, é aquele que tem esses comportamentos em sala de aula. Não pode haver notícia melhor, porque isso tudo pode ser aprendido. Não se pode mudar a idade, não se pode mudar o diploma, não se pode virtualmente mudar nada do professor, mas é possível ensiná-lo a dar aula. Tudo depende de como ele usa as técnicas em sala de aula, e hoje existem, pelo menos, dois ou três livros excelentes que dizem o que o professor tem de fazer na sala de aula, ou seja, quais são as técnicas que funcionam. Entre eles, há o livro do [Doug] Lemov, que gravou, durante vinte anos, professores geniais e identificou 49 coisas que o docente pode fazer na sala de aula, e o livro do [Robert] Marzano, que diz existirem nove princípios que o professor deve usar na sala de aula. O que determina o aprendizado do

aluno, portanto, são coisas que o professor pode aprender, se ele quiser aprender e se o sistema lhe ensinar. De toda forma, é possível.

A imprensa, durante um período – embora eu pense que eles se “emendaram” –, alimentou a ideia de que ser professor é um ato de heroísmo. É preciso acabar com o mito do professor que se vê na televisão: o professor que rema quatro horas ou anda a pé cinco horas para chegar à sala de aula, o professor que passa chuva, frio, calor. Não é isso. O professor é um profissional que tem de desempenhar sua função como qualquer outro profissional. As dificuldades não podem transformar o magistério num ato de heroísmo. Não funciona. Dito isso, resumo: a condição do professor é crítica, mas é possível melhorar o professor. A carreira docente é um dos entraves. No serviço público, ela não é atraente e recruta mal. Quando eu estava no Pitágoras, fizemos uma pesquisa que mostrou que 70 a 80% dos professores da rede de escolas Pitágoras estavam contentes. Na mesma época foi publicada uma pesquisa do Inep mostrando que cerca de 70 a 80% dos professores da rede pública estavam infelizes, ou seja, o oposto. Alguns dizem: “Ah, é o salário”. Não. Na média, o salário do sistema privado é um pouquinho menor do que o do sistema público. Isso foi verificado em pelo menos duas pesquisas feitas por economistas de primeira grandeza no Brasil, entre eles Samuel Pessoa. O problema é o ambiente.

O sistema público contrata mal porque o ambiente não é bom. A escola não consegue gerar um ambiente agradável para os professores, exceto aquelas que têm um diretor genial. O responsável pela escola privada sabe que, se não gerar um bom ambiente, vai ter de pagar muito mais e não vai conseguir bons professores. Como o diretor da escola privada tem poder de fazer as coisas, um dos primeiros investimentos que ele tem de fazer é ter um bom ambiente para os professores. Ou seja, é muito mais barato melhorar o ambiente do que aumentar o salário dos professores. Os professores ficam felizes quando o ambiente é bom. Eu não vou discutir se o salário do professor é alto ou é baixo, porque isso é veneno puro. Deixa para outra hora. O fato é que o ambiente é ruim.

Qualquer empresa minimamente competente, à exceção daquelas que vão à falência, são capazes de premiar quem tem bom desempenho e punir quem tem mau desempenho. No sistema de educação não há nem prêmio nem punição – ele é absolutamente distanciado de qualquer sinalização positiva ou negativa para o desempenho do professor. O sistema privado tem os seus mecanismos, que não chamam a atenção, mas são usados no cotidiano. No sistema público não há nada. Daí resultam absenteísmo, greve, um colosso de licenças médicas e, principalmente, pesquisas que mostram como o tempo na escola é usado. Simplificando muito, cerca de 50% desse tempo

não é usado para aprender. O professor chega atrasado, sai mais cedo, faz a chamada, cuida de disciplina, vê isso, vê aquilo, dá avisos, e isso consome 50% do tempo, fora os feriados, as greves. A tal jornada de duzentos e tantos dias, na verdade, é a metade disso. A única lei infalível da pedagogia é aquela que é igual a F de BCH, ou seja, aprendizado é função de bunda, cadeira, hora. Se só metade do tempo é usada para a educação, só metade do aprendizado vai ocorrer. Não tem jeito. Um tempo atrás eu estava dando uma aula sobre educação. Fui para a janela com vários pedaços de giz e disse: “Vamos jogar giz naquela árvore”. Comecei a jogar giz na árvore, do lado de fora. Então perguntei: “Onde é que está o desperdício?”. “De giz?”. Giz é nada. O desperdício é o tempo do professor, o tempo gasto jogando giz na árvore. De tudo o que pode acontecer de desperdício na educação, o grande desperdício é o tempo que não é usado para educar. Esse é o ponto fundamental.

A lei faculta não confirmar o contrato dos professores depois de dois anos do período probatório. Sabe-se que é preciso muito menos de um ano para saber quem é bom professor, mas, depois de dois anos, a escola confirma todos os contratos. Ou seja, há uma brecha legal para se corrigirem os erros no processo de seleção, e essa brecha não é usada. E a estabilidade é um crime contra a educação dos alunos. A única maneira de o professor sair da escola é se ele roubar

dez mil réis. Se ele rouba a educação de uma ou de duas gerações inteiras de alunos, isso não é punido em hipótese alguma. Trata-se de um erro sistêmico, o da estabilidade.

Indisciplina tóxica. Esse tema na estrutura lógica da minha apresentação é espúrio, está meio de contrabando, não se enquadra, mas é tão importante hoje que eu resolvi colocá-lo em destaque. “E quando vierdes à terra e plantardes toda árvore de comer, tereis o seu fruto como proibido [Orlál]; por três anos vos será proibido, não se comerá. E no quarto ano, todo o seu fruto será santidade de louvores ao Eterno. E no quinto ano comereis de seu fruto, para fazer multiplicar para vós o seu produto – Eu sou o Eterno, vosso Deus!”

O que aconteceu em Paris em maio de 1968? O mundo veio abaixo. Os grandes protestos de Paris em 68. A mensagem era: “É proibido proibir”. Foi um movimento anarquista no sentido filosófico da palavra. Não se manda, um não manda no outro, cada um é livre para fazer as coisas que têm de fazer. “A educação francesa é muito autoritária?”. “É, muito autoritária”. “Estava abusando?”. “Estava abusando”. Daí veio o *slogan*: “É proibido proibir”. Aconteceu que, quando esses caras – inclusive o [Nicolas] Sarkozy, que aparece numa fotografia tirada nos protestos de maio de 68 – viraram professores, houve grande desconforto com a questão da autoridade. Os professores dessa gera-

ção se tornaram incapazes de manter a autoridade, porque foram criados sob o lema “é proibido proibir”. Cria-se, então, uma situação de desconforto. O professor não se sente à vontade em manter a autoridade. No Brasil temos a herança do nosso índio nômade que não aceitava disciplina, o que fez com que viessem os africanos. Isso está no nosso DNA. Além disso, existe a psicanálise: “coitadinho do menino, não pode ser frustrado”. Juntando o “é proibido proibir” com o índio e a psicanálise, temos a receita para uma escola inadministrável. A França voltou atrás. Nós recebemos, no ano passado, Luc Ferry e um outro filósofo, que mostraram: “Isso foi uma catástrofe. Prejudicou enormemente a educação francesa. Mas nós já estamos voltando para trás. Autoridade é autoridade. Ponto”. As boas escolas têm disciplina rígida. Assim que saiu o resultado do primeiro Enem – Exame Nacional do Ensino Médio, o Pitágoras encomendou da Vox Populi uma pesquisa com as dez melhores escolas participantes. Todas elas – não com as escolas, com os alunos – tinham disciplina rígida. Isso é verdade pelo mundo afora. As únicas escolas pouco seletivas no Brasil que se destacam no Enem são as militares, que não são nada elitistas do ponto de vista da sua clientela, e seus resultados são muito melhores do que os esperados. Isso se deve à disciplina, que, conforme veremos, não é algo absolutamente gratuito da autoridade pela autoridade. Há cerca de dois anos, o [Grupo] Positivo encomendou uma pesquisa de que eu, o Chico Soares e

um antropólogo de Harvard participamos. Nós entrevistamos alunos em profundidade e perguntamos para eles: “O que mais atrapalha o seu aprendizado?”. Eles disseram: “A bagunça dos colegas”. Os próprios alunos estão dizendo que o que atrapalha o aprendizado é o colega fazendo bagunça. Vejam só o dano que fez o “proibido proibir” de maio de 68. Os professores não se sentem confortáveis em manter a disciplina. Da época em que eu estava no [Colégio?] Marcondes, eu me lembro de que havia um professor que, quando aumentava a bagunça, puxava o revólver e o botava em cima da mesa, e daí acabava a bagunça. Mas essa não é uma regra generalizável. Eu não posso imaginar uma velhinha fazendo o mesmo que esse professor. É preciso de algo muito mais genérico. Aqui se faz valer o concerto de professores, pais, diretores e secretários de educação, dizendo: “Não pode fazer bagunça”. Ponto, parágrafo. Quando minha filha estava no primário, numa escola francesa na Suíça – não é que era proibido conversar –, era proibido saracotear na cadeira durante a aula. Não é à toa que esses países ocupam as primeiras posições do Pisa e nós, não.

Vamos falar de mudança. Nos últimos 30 anos, com o aparecimento do computador e o avanço dos grupos de pesquisa em educação, alcançamos um acumulado de pesquisas de altíssima qualidade, bem organizadas metodologicamente. Hoje dispomos de uma quantidade ex-

traordinária de pesquisas boas dizendo o que deve ser feito. Não há mistério. Há pequenas controvérsias, mas que não afetam o todo. A fórmula mágica para uma boa escola é um feijão com arroz bem feito. Nada mirabolante, nada de grandes soluções, nada de grandes teorias, grandes Piagets, grandes Vygotskys – a solução é o feijão com arroz bem feito. A aula é bem dada e começa na hora certa, o professor se preparou, o aluno tem dever para casa, a escola tem um ambiente bom – tudo o que caracteriza uma escola simples e comum sendo bem feito. Só se precisa disso para se alcançar uma educação de primeiro mundo. Não há nenhuma razão para ser contra a tecnologia. A tecnologia pode ajudar, mas é passiva no processo. A revolução dos *tablets* não virá, porque não é pela tecnologia que a educação será revolucionada.

Soluções. Nós vivemos numa lógica maldita, quer dizer, por que a nossa educação é ruim? Antes de falar de como são feitas as reformas nas democracias, eu queria falar da reforma educativa do Quirguistão, na década de 1930. Stálin, na sua clarividência, disse: “Aqui no Quirguistão, como nos outros países da União Soviética, todos os meninos na escola. E é para valer”. O Quirguistão era um país de nômades. Sua população usava burcas, vivia em barracas feitas de pele, criava ovelhas, andava de um lugar para o outro. Para colocar todos os meninos na escola foi preciso sedentarizar a população, ou seja, eles tiveram

de deixar de ser nômades. O Stálin não perguntou se eles queriam deixar de ser nômades. O Stálin disse: “Todo mundo na escola”. Então aconteceram conflitos. As estimativas não são precisas, mas entre 100 mil e 200 mil pessoas morreram por causa desse processo. Esta é a reforma educativa num país que não é democrático. Deu certo. No nosso país, porém, não é bem assim. Os governantes não podem ignorar o que pensam os governados. Existe um vai-e-vem entre a opinião do eleitor, a opinião do pai e o que será feito pelo governante, que deve manter certa coerência no seu comportamento. O problema é que 70% dos pais acham que a educação é boa – porque, em geral, é melhor do que a que eles tiveram. Tem merenda, livro, professor, sala de aula, porta, janela, ano letivo. Grande parte dos brasileiros mais pobres teve uma educação, pelo menos do ponto de vista material, pior do que os seus filhos têm. Ora, se o eleitor acredita que a educação é boa, qual a motivação do político, do governador, do administrador, do secretário, em tomar uma providência que o eleitor não acha essencial e que, para ser tomada seriamente, incomodará outras pessoas? Melhorar a educação é muito fácil. É preciso cobrar do diretor, do professor, do aluno. Todo mundo tem de trabalhar mais, se esforçar mais, cumprir horário. Se os pais não acham que a educação é um grande problema, os governantes vão cuidar de outro assunto e não vão desgastar o seu capital político fazendo coisas impopulares. Obviamente os grandes líderes

são os que desbravam. Eles avançam e têm a coragem de fazer aquilo que nem sabem se resultará numa recompensa mais adiante. Pode resultar ao longo da história, pode não resultar, pode até não dar certo – quer dizer, o líder paga o preço político, e não dá certo –, mas o grande líder é aquele que pensa adiante dos seus liderados, levando em conta o que pode acontecer em longo prazo. No entanto, esses líderes são poucos.

Conclusão: não há crise na educação, a crise da educação está na cabeça das pessoas que estão aqui nessa sala... Se 70% dos eleitores não veem crise na educação, a educação está, politicamente falando, em equilíbrio. Aí entra o Ministério Público. Nós “precisamos” de uma crise. O secretário gostaria que houvesse uma crise na educação, o ministro gostaria que houvesse uma crise na educação, mas, enquanto não mudar a cabeça do povo, essa crise não virá.

Quem são os atores, quer dizer, quem são os que acreditam que não existe crise na educação? Pais – primeiro candidato. A principal razão da inércia são os pais que consideram boa a educação e, portanto, não dão motivos aos administradores para pisar no calo de todo mundo. A grande providência é mudar a cabeça dos pais. Dois: professores, que estão infelizes na carreira, embora a mesma pesquisa que mostrou que 70% dos alunos consideram a

educação boa mostre que 70% dos professores têm a mesma opinião deles. Portanto, os professores não são agentes de mudança, apesar de estarem infelizes. Três: sindicatos. Nos países que normalmente visitamos, os sindicatos são um fator de resistência à mudança. Excetuam-se os Estados Unidos, que têm três sindicatos poderosos – um é contra a mudança, outro é neutro, enquanto o terceiro é essencialmente a favor. Fora isso, os sindicatos tendem a ser contra a mudança. Os sindicalistas são eleitos com pouca representatividade. Na maior parte dos casos – não quero entrar em casos individuais –, não se pode dizer que eles representam os professores. Em princípio, eles reivindicam melhores salários e são contra, por exemplo, a avaliação e a premiação de desempenho. E isso não acontece só no Brasil, mas também nos EUA, com os sindicatos tradicionais. Mas, nos Estados Unidos, houve uma pequena mudança: agora predominam sindicatos que aprovam avaliação e premiação. Na América Latina, a mudança é zero. A única diferença é que alguns países têm sindicatos mais poderosos do que outros. No México, por exemplo, são os sindicatos que escolhem os professores que serão contratados. Nisso nós não chegamos. Quatro: secretários de educação e prefeitos. Diante da passividade da população, há um grande risco de a educação ser tratada como moeda de troca na política. Não em todas as cidades, não sempre, não nas cidades que têm um sistema educacional melhor, como em boa parte das cidades de Minas, pelo

menos em comparação com o Brasil. Fazendo uma caricatura bastante exagerada, eu poderia dizer que uma das condições que o prefeito coloca para decidir o secretário de educação da cidade é que ele não entenda da contabilidade do município, para não perceber que o secretário de obras está roubando dinheiro da educação. Além disso, ele tem de ser manso, tem de aceitar.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

DR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Belo Horizonte, junto com Curitiba, é uma das duas melhores capitais, portanto está fora desse panorama. De vez em quando aparece um gestor, que pode ser um prefeito ou um secretário de educação, que diz: “Educação aqui é para valer”. Sobretudo nas cidades pequenas, onde a resistência é menor, o gestor pode fazer uma revolução fantástica em um ou dois anos. Em geral são dois mandatos, como requerem as grandes revoluções, ou pelo menos a continuidade de mandatos. Municípios relativamente pobres conseguem ter uma educação de alta qualidade se há consistência na liderança e vontade de fazer. O caso extremo é Sobral, no Ceará. Um dos casos que mais chama a atenção é Foz do Iguaçu, em que um engenheiro dono de empreiteira colocou a educação da cidade no padrão da Europa. Pode, dá certo, não é nada de excepcional, mas é preciso

um estilo incomum de liderança, uma vez que o sistema não incentiva, com premiação, as pessoas que alcançam tais resultados no cotidiano.

Sociedade civil, filantropia. O Brasil tem, junto com a Colômbia, uma das maiores redes de filantropia empresarial e ONGs de apoio à educação. É, de longe, o primeiro lugar nesse aspecto. Talvez a Colômbia tenha um pouco disso com os plantadores de café – interessante o fato de que, na Colômbia, são os plantadores de café os impulsionadores dessas fundações, exercendo grande protagonismo. Em levantamentos da Unesco e Unicef, com as 35 melhores escolas do Brasil, é notável a presença de fundações, institutos, filantropias empresariais. Muito protagonismo. Mas uma característica desse movimento no Brasil é que aqui não se faz ‘advocacy’. As grandes fundações e institutos filantrópicos, como o Instituto Ayrton Senna e a própria Fundação Pitágoras, realizam ações dentro das escolas. O Todos Pela Educação é a grande exceção, embora tenha ficado meio “chapa branca” ultimamente. Em grande medida, dado o quadro do país, sociedade civil, filantropia e ONGs são fatores-chave nas mudanças que podem vir da educação.

Imprensa e marqueteiros. Mídias de grande circulação como Revista Veja e Rede Globo têm uma preocupação explícita com a educação. Eu já me reuni várias vezes com

o jornalismo da Globo para discutir como se noticia educação. A Globo e a Veja têm claramente uma linha e um protagonismo bem positivo. A segunda linha de jornal, cujos nomes não serão mencionados, noticia piolho na escola, o teto que caiu, atropelamento de aluno. Quer dizer, educação não é notícia. Notícia de educação é piolho. O problema da mídia é que ela tem de conviver com a ditadura da notícia. Se noticiam que os meninos foram para a escola, que o professor era bom, deu a aula, e os meninos aprenderam – isso não vende jornal, fecha. Os jornais têm de fazer malabarismo para promover a educação, usando, em geral, os testes, quando aparecem, alguns eventos etc. Então há também coisas bem interessantes. Por exemplo, o lançamento do Todos Pela Educação foi feito no Museu do Ipiranga, onde foi a Independência. Um negócio absolutamente simbólico. Tem muita gente interessante no âmbito da imprensa e do marketing pensando em educação. É um fator poderoso, considerando as limitações que conhecemos.

Para terminar: comitê não faz revolução. Os saltos que acontecem são dados por idealistas inspirados e ousados. Essa é a receita. São os líderes que empurram o mundo para frente. Vamos passar em revista alguns.

Henri Gorceix, trazido por Dom Pedro II da Ponts et Chaussées ou da École de Mines – agora estou em dúvi-

da. Foi numa das duas grandes escolas de engenharia da França. Ele veio para o Brasil com a maior dificuldade e construiu a Escola de Minas de Ouro Preto, que liderou e sem a qual, pode-se dizer, não haveria espaço para uma siderurgia em Minas Gerais e, por consequência, no Brasil. Ele criou uma escola excelente, que piorou na década de 1970, quando a ordem do MEC foi expandir matrícula. Não era uma escola preparada para isso. Era uma boutique. A mesma liderança com os Lucas Lopes no que concerne à geração de energia elétrica, mais adiante. Uma na siderurgia, outra na geração de energia elétrica.

Júlio de Mesquita e Armando Sales. Esse é um episódio curioso. São Paulo perdeu a Revolução de 1930, e o povo do Getúlio Vargas ainda amarrou o cavalo em praça pública. Mas os dois não se humilharam. Resolveram dizer: “Nós somos bons, quer ver?”. E criaram a USP. A USP é a matriz da liderança intelectual e científica do Brasil. Incontestável. Um terço da ciência brasileira ainda vem da USP. Em todas as crises, a USP é o grande celeiro intelectual do Brasil. Dois sujeitos. Um jornalista do Estadão e um engenheiro.

Senai. Euvaldo Lodi, de Minas Gerais, Roberto Simonsen, de São Paulo, e um terceiro – alemão, gaúcho – conseguiram convencer o Getúlio Vargas a fazer com que a formação profissional se desse em instituições separadas do ensino formal, da escola acadêmica, do Ministério da

Educação e fosse administrada pela indústria. Foi criado o Senai. Mas quem sabia tocar a coisa? Foi escolhido um sujeito que nasceu no coração da mecânica de precisão na Suíça, a 50 quilômetros de Chaux-de-Fonds, o núcleo da relojoaria no país. O pai era negociante de relógio. Quer dizer, o relógio e a mecânica de precisão estavam no DNA dele. Por acaso, o pai foi representar a relojoaria suíça em Portugal, e ele foi junto, aprendeu português, estudou em Lisboa. Voltou à Suíça e fez o curso tecnológico de Zúri-que. Foi convidado para ser professor da Politécnica de São Paulo e criou o sistema de formação profissional da Sorocabana, uma das estradas de ferro. Quando criaram o Senai, colocaram o Roberto Mange como diretor. O Roberto Mange foi uma das pessoas mais chatas que já viveram nesta república. Obstinado, detalhista, perfeccionista, intransigente. Quando o Senai completou dez anos, todo mundo fez um discurso: “Maravilha!”, não sei o quê. Ele disse: “Não... Tem muita coisa para fazer. Isto aqui não está prestando ainda, não, minha gente”. O perfeccionismo do Mange foi transferido para o Senai brasileiro. Eu fui a Anápolis para visitar uma escola e, quando vi os trabalhos de mecânica dos alunos, disse: “Pô, que bacana isto aqui”, “Ah, essa escola foi o Mange que criou”. (Goiás fazia parte do Senai de São Paulo). Ele era o cara que, se chegava a uma escola e lá havia um menino varrendo a oficina, tomava a vassoura dele e dizia: “Você não sabe varrer. Deixa eu te ensinar”, e o ensinava a varrer. Essa é a matriz do

Senai. E o Senai é, possivelmente, a única instituição educacional de primeiro mundo que existe no Brasil.

Anísio Teixeira – todo mundo o conhece – fundou a Capes, uma instituição que, desde os seus primeiros tempos, não teve desgosto, nem crise, nem mal entendido. Nunca teve um político como diretor nem foi usada como moeda de troca. Se hoje são sete milhões e meio de alunos matriculados no ensino superior é porque há professor para eles, e há professor porque a Capes aconteceu. Então, eu não preciso falar mais sobre esse caso.

O [Casimiro] Montenegro [Filho], um cearense, oficial da aeronáutica, disse: “Com esse Brasilzão todo, se não fizer avião, nós estamos mal. Aqui, só transporte de avião vai resolver. Então nós temos que fazer avião”. Mas, para fazer avião, é preciso uma escola para ensinar a fazer avião. Daí ele passou a vida toda batalhando para criar o ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Com muito jeito, procedimentos administrativos que o levariam a mil anos de cadeia hoje se fizesse as coisas que ele fez então, e toda a honestidade, ele criou o ITA, matriz da Embraer, da eletrônica brasileira e da indústria bélica de alta tecnologia. Também é um caso bem conhecido.

A dona Sinhá Moreira, elegantíssima, sobrinha do Delfim Moreira, morou na França e em vários outros lugares. Era uma mulher do mundo. De repente ela voltou para San-

ta Rita do Sapucaí. Para o meio das vacas. “Isso não está bom, não. Vamos fazer um negocinho qualquer aqui para mudar isso.” Perguntou, perguntou, perguntou, e criou a primeira escola técnica de eletrônica da América Latina. Essa escola foi um começo. Depois veio uma outra, superior, também privada, e Santa Rita do Sapucaí ficou metade vaca, metade indústria de telecomunicação. Quer dizer, tanto tem bosta de vaca na rua como tem gente fazendo parabólica, satélite, terminal de telefone, essas coisas todas. A cidade tem mais de 160 indústrias na área da telecomunicação. Uma senhora cosmopolita elegante teve a ideia, foi a fundo e fez a reforma.

Zeferino Vaz. Médico, teimoso, corajoso. No caso que eu ouvi – e acho que é verdade –, ele disse: “A USP não consegue mais crescer. Já chegou ao limite”. Então ele foi ao gabinete do governador de São Paulo, cujo nome agora me escapa, chegou para a secretária e disse: “Olha, eu não marquei audiência, não, mas, se a senhora me permite, vou me sentar aqui, porque talvez alguém desista e, aí, a senhora me põe na sala do governador, que eu quero dar uma palavrinha com ele”. A secretária disse: “Está bem”. Ele se sentou e ficou ali, na frente dela, o dia inteiro. Nada. No segundo dia, disse: “Eu voltei porque, quem sabe, ele tenha um intervalinho”, sentou e ficou ali. No terceiro ou quarto dia, a secretária não aguentava mais o mal-estar, afinal era um professor da USP de Ribeirão, e aquela si-

tuação constrangedora. E ela falava com o governador: “Tem um cara lá fora, muito, muito educado, que não sai, não sai. O que é que eu faço?”. Então chegou uma hora em que o governador perdeu a paciência e disse: “Deixa eu falar com esse chato”. O Zeferino convenceu o governador e conseguiu o dinheiro para fazer a Unicamp. O resto é história, todo mundo conhece. Teimoso, insistente, com uma tremenda noção do que é qualidade, chamou, por exemplo, o José Ripper – que estava no laboratório da GE, nos Estados Unidos, fazendo fibra ótica – para fazer fibra ótica na Unicamp. Daí ele disse: “Não, eu sozinho aqui não faço”. “Ah é? Então leva o grupo todo”. E levou todo mundo, o grupo inteirinho do Zé Ripper(F), porteira fechada, equipamento, tudo, plantou e deu certo. O Brasil virou um líder na área de fibra ótica na época.

Warwick [Estevam Kerr]. Essa é uma figura notável. Eu já o conhecia de nome. Quando eu estava na Capes, veio a diretora do sistema de bolsas e me disse: “Olha esse camarada. Olha esse maluco. Ele está dizendo que vai a um congresso de pacifismo na Holanda e que precisa de dinheiro para passar na Universidade Wageningen e trazer uns repolhos, que ele quer plantar aqui”. Eu disse: “Como é o nome do cara?”. “É um tal de *Warwicker*”. “Pode dar o dinheiro que ele vai trazer o repolho”.

O Warwick era geneticista. Onde ele trabalhava se tornava o melhor departamento de genética do Brasil. Era um

tremendo empresário da educação. O cara é da Finep, está ele e o outro na mesma salinha, e o cara ouvindo, ouvindo: sim senhor professor, sim senhor professor, Sim senhor professor. Em determinada hora o cara tampou... tem um maluco lá que diz que é o diretor de um instituto de pesquisa lá de Manaus pedindo um binóculos para ele olhar passarinho. Eu disse: binóculo... como é o nome do cara? Ah, é um tal de *Warwicker*. Pode dar porque senão ele vai encher o seu saco até você dar, então você economiza o seu tempo.

Quando eu estava na Capes, fui convidado para uma premiação do “Jovem Cientista”. Pensei: “interessante”. Pedi a um assistente meu que colocasse um pontinho no mapa em cada lugar em que morasse alguém que tivesse sido selecionado para o “Jovem Cientista”. Davam uns 50, 100 pontinhos. Eu olhei no mapa, botamos no mapa. Acima do paralelo, todo mundo, quase todo mundo em São Paulo, uns gatos pingados em Minas e no Sul do Brasil, e dois, acima do paralelo 20, só dois, no Brasil todo. Onde? São Luís do Maranhão. “São Luís do Maranhão? Olha aí quem é o orientador”. Warwick. Quer dizer, o cara era “pé de boi”. Um dia chegou o reitor da universidade com uma funcionária da Capes, e havia uma barraquinha na feira, com a placa “Universidade Federal do Maranhão” e ele vendendo hortaliça. Disse: “Warwick! A Universidade não pode fazer isso,

vender hortalça!” “Não, não tem importância.” Tirou a placa e continuou vendendo.

Luiz Alberto Coimbra, outro teimoso, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, criou a Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, fez tudo o que não podia fazer, com honestidade total, e foi punido seriamente pela universidade. Mas a Coppe é o maior centro de engenharia da América Latina. Segue próspera até hoje.

[Casper Erich] Stemmer, alemão no Rio Grande do Sul, teimoso como uma mula, criou a Elétrica e a Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina, com o auxílio dos alemães, sobretudo os da engenharia de Aachen. Outro “pé de boi”. Criou uma engenharia muito voltada para a indústria. Os motores Weg, que são exportados para o mundo inteiro, foram criados segundo a engenharia do Stemmer, em Santa Catarina. O cara era danado. Eu o conheci e tenho grande admiração por ele. Está vivo até hoje, mas muito velho, muito doente. (Parece que ele morreu em 2012: <http://noticias.ufsc.br/2012/12/trajectoria-do-professor-stemmer-foi-marcada-por-conquistas-importantes-para-a-universidade/>)

De que forma essa gente foi diferente? O que nós estamos vendo? Grandes mudanças têm nome e sobrenome. É gente que tinha alguma coisa diferente e conseguiu

mudar a sua circunstância. Visão, inspiração – cada vez mais longe. Idealismo – disposição para pagar o preço pessoal do desgaste, de um possível fracasso, em favor de uma recompensa que pode ou não estar no futuro. Ousadia – aceitar o desafio de trilhar por onde ninguém tinha tido coragem de trilhar. E, mais importante, e sempre permanente: obstinação. Esse é o elemento essencial. Todos esses caras são teimosos como uma mula, gente que fica naquilo durante muito tempo, que insiste, que vai até o fim. Então, são esses quatro elementos que estão na essência das reformas de educação que chamam a atenção no Brasil. Há muitas outras. Eu recebi e-mails de comentários do meu artigo da Veja desta semana, que é sobre isso, e vi que há muitas outras, mas essas foram as que eu conheço pessoalmente e que incluí. E, com isso, terminamos a nossa jornada.

[aplausos]

SR. GERALDO FLÁVIO VASQUES: Antes de passar a palavra para a Dra. Maria Elmira, para iniciar os debates, quero fazer um agradecimento à Associação Mineira do Ministério Público, que ofereceu o café que antecedeu o evento, considerando as dificuldades orçamentárias da Procuradoria-Geral de Justiça. Em segundo lugar, quem quiser se manifestar, perguntar, fazer considerações ao professor Claudio de Moura Castro, levante a mão e a Lo-

rena, do cerimonial, vai passar o microfone. É importante que a pessoa se identifique e fale no microfone por causa da gravação do evento. Dra. Maria Elmira.

SRA. MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL

DICK: Evidentemente, gostaríamos muito de agradecer a brilhante palestra do professor Cláudio de Moura Castro, sua presença e as inovações e luzes que nos foram trazidas para que possamos pensar na área da educação. Como falei no começo, eu cortei e trouxe, da Veja de 1º de dezembro de 1999, amarelinha, uma coluna, um artigo do senhor que me chamou muito a atenção. Evidentemente, muitas coisas daquele artigo se encaixam com a fala do senhor agora, até porque muitas questões relacionadas à educação nós pensávamos vinte anos atrás. O pensamento ainda é atual. Quando li essa coluna, intitulada “Universidades do Distrito Federal”, em 1999, fiquei imaginando quais seriam as soluções que o senhor daria para questões que o senhor trouxe, também, aqui. O que me chamou a atenção foi o seguinte, no começo do texto: “Na capital do país havia três faculdades. Foram fundidas e transformadas na Universidade do Distrito Federal. Mas a politicagem e o empreguismo levaram a melhor. Por exemplo, cada biblioteca tinha a sua bibliotecária-chefe e, com a fusão, ficaram três bibliotecárias-chefes. Coisas de subdesenvolvimento”. O senhor continua, colocando que havia um terreno desocupado e que foi escolhido alguém com o salário ele-

vadíssimo para plantar salsa e cebolinha nele. “Coisas de um país subdesenvolvido.” “Os custos são altíssimos, os salários são elevados, a qualidade do ensino é deplorável, foi escolhido um general do exército para ser secretário da educação, a diretora do conselho de educação pediu um carro com chofer para visitar as escolas. Coisa de país subdesenvolvido. E que país é esse que tolera tamanho descalabro na sua capital? Trata-se dos Estados Unidos, cuja capital viveu uma década de caos. Não há como deixar de sentir uma ponta de vingança ao ver tão destrambelhada a capital de um país dado a passar lições de moral nos outros, mas, nos últimos dois anos, nos traz uma nova lição”, diz o senhor. “Washington está sendo consertada, quase tudo está melhorando, a administração pública está sendo remendada, o general da educação se foi depois de desbastar os erros mais grosseiros, e o empreguismo endêmico está sendo controlado. Moral da história: mesmo no país mais rico do mundo e um dos berços da democracia moderna, muitas administrações derrapam e afundam. A capital do país desabou administrativamente. Contudo, ainda mais relevante é a capacidade de recuperação de uma sociedade. O teste do desenvolvimento não é ser a prova de desastre, mas ser capaz de dar a volta por cima e consertar o estrago, e Washington renasce mostrando que a musculatura do império ainda é sólida”. Em 1999, eu cortei e guardei esse artigo e fiquei pensando: “Como será que o professor Cláudio de Moura Castro falaria com

relação ao Brasil?”. O senhor comentou sobre Washington – não que diversas colunas do senhor depois dessa não tenham falado como consertar o Brasil, evidentemente – e hoje nos traz as qualidades singulares desses homens brilhantes: visão, inspiração, idealismo, ousadia, desafio, obstinação. Mas eu continuo querendo saber do senhor se a recuperação empreendida em Washington é possível no Brasil, em dois anos, com todos os pontos que o senhor enumerou nessa coluna.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: A resposta se estenderia ao longo de um curso de seis meses. Mas há alguns pontos pequenos que considero relevantes. Primeiro: a educação fundamental, em grande medida, é atribuição do município. O governo federal não vai consertar a educação porque não tem poder legal para isso. Ele pode criar estímulos, puxõezinhos de orelha – mais estímulos do que puxões de orelha – sinalizar soluções, mas a educação municipal só pode ser consertada pelo município. No grotão as trevas não chegaram. No meio do caminho acontecem milagres, e no topo, nas cidades muito grandes, a inércia política é gigantesca. Então é mais fácil consertar a educação nesses municípios do meio do caminho, que não têm o mesmo peso político, cujos sindicatos não são tão fortes e onde não há tanta dificuldade de implementar as políticas. É em municípios como Sobral, Foz do Iguaçu e centenas de outros que estão acontecendo milagres, um grande

salto na qualidade da educação. A Fundação Lemann está completando um estudo sobre mais de trinta municípios pequenos e pobres que deram um grande salto. Então, basicamente, não há como ter uma política pública para consertar a educação fundamental no Brasil, porque ela é de responsabilidade municipal e o governo federal não tem poder sobre os municípios nesse particular. O que nós temos de pensar é que tem de haver uma mudança de mentalidade, um aumento no nível de cobrança e o entendimento de que mudança tem custo. Quando não tem escola, é uma maravilha: você faz a escola, contrata o sujeito que vai construir o prédio, contrata a empresa que vai vender as cadeiras, contrata o equipamento, contrata os professores e recebe os alunos. Todo mundo feliz, com merenda e tudo. Depois que a escola está funcionando e se percebe que a qualidade da educação oferecida é ruim, quase tudo que é proposto para melhorar significa pisar no calo de alguém. Se a sociedade não tem plena consciência de que devem ser impostos esses sacrifícios, de que isso tem de ser digerido, de que não tem outro jeito, a coisa vai andar muito devagar e vai depender muito mais dos voluntarismos. Na medida em que muda a mentalidade da sociedade, isso começa a poder acontecer de uma forma mais generalizada.

SR. GERALDO FLÁVIO VASQUES: Bom, alguém quer se manifestar? A senhora, né? Antes só da senhora falar,

eu queria pedir um favor para que as pessoas que forem fazer perguntas para o professor sejam mais breves possível, considerando o limite de tempo que nós temos aqui.

SRA. NEIDE: Bom, gente, bom dia. Sou a professora Neide, da rede municipal de Belo Horizonte, e diretora do Sind-REDE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Belo Horizonte. Bom, vou estar com problema. Embora eu seja democrática e ache que todo mundo tem de falar, é difícil falar em pouco tempo.

Eu vou colocar algumas coisinhas. Primeiro, Maria Elmira, é uma grata surpresa você citar a Rosa Luxemburgo. Muito bom. Segundo, não dá para, no dia 8 de março, alguém que trabalha como professora – uma categoria que é, no Brasil inteiro e talvez no mundo inteiro, significativamente ocupada por mulheres – não comentar um pouco desse espaço de mulher. Quero fazer uma comparação do mundo da sala de aula com o mundo da promotoria. Acho que, como a educação é vista como um espaço de mulher e as mulheres são maioria, a gente sofre com todos os problemas que o professor Cláudio colocou: salários baixos, más condições de trabalho e muita expectativa da sociedade quanto à nossa dedicação, empenho, amor, heroísmo, ou seja, o que todo mundo espera de nós enquanto mulheres. Ao mesmo tempo, no Ministério Público, acho que você, Maria Elmira, e todas as mulheres enfrentam um leão por dia, porque é um espaço de homens e vocês não são bem-

vindas aqui, embora ninguém tenha a coragem de dizer isso e todo mundo fale o contrário. A gente, que é mulher, sabe o que é enfrentar isso todos os dias.

Agora, professor Cláudio, eu queria te dizer o seguinte (você não tem problema com isto, porque eu até te leio). Odeio a Veja, embora a leia toda semana, assim como leio IstoÉ, Carta Capital, entre outras, pois um dos pontos da sua fala com o qual concordo é que o professor tem de saber o que ele está ensinando. Não consigo perceber um professor que não compreenda o que acontece à sua volta. Acho que, nesse sentido, a gente tem de estar lendo todas as coisas, e os semanários são importantes na medida em que discutem os temas atuais e nas várias perspectivas.

Outra coisa que eu queria comentar é a questão da sedução, que constitui, nas suas palavras, a única arma do diretor de escola pública. Eu acho que todo mundo que quer fazer educação tem como única arma a sedução – você nos seus artigos, eu na minha sala de aula etc. Eu sempre falo que tem de seduzir o aluno. Se não seduz, não se consegue nada com ele.

Agora vamos aos problemas. Como eu estava dizendo, leio sempre os seus artigos e, embora discorde deles quase que integralmente, sempre tem um parágrafo ou uma frase com a qual concordo. Aqui, hoje, concordei com quatro coisas e estou até preocupada, como se, lembrando aquela

sua frase, o neoliberalismo estivesse me contaminando. Mas vamos ao que eu queria comentar. Sua primeira fala sobre Belo Horizonte, com a qual concordo plenamente, defendia que a escola precisa de autonomia para se organizar. A gente tem, em Belo Horizonte, uma experiência boa com eleição para diretor, mas a SMED – Secretaria Municipal de Educação interfere demais na autonomia das escolas. A gente vem reclamando sistematicamente, nos últimos 18, 15 anos, da ausência de autonomia e do fato de a escola estar sempre sob as diretrizes constantes, tendo de seguir tudo o que é estabelecido fora dela. O segundo ponto é o ambiente de trabalho. À medida que o professor e a escola se apropriam do seu fazer, o ambiente fica bom. Por outro lado, à medida que o gestor, no caso a SMED, põe fiscais para vigiar a escola e pessoas de fora para controlar o trabalho, o clima e o ambiente bons são perdidos e o trabalho fica comprometido. Concordo que salário por si só não resolve os problemas da educação. É lógico que, como profissionais, defendemos bons salários. Mas, se a gente tiver uma rede qualquer e o melhor salário do Brasil, não acho que o quadro vá melhorar significativamente. Acho que se trata de um conjunto de fatores.

A terceira questão é a sala de aula. Realmente, o lidar com a aula é o ponto-chave, e a gente não vai conseguir resultados significativos se não encontrar uma forma de ajudar, formar e ensinar isso para o trabalhador em educação. O

problema é sempre nos ensinos fundamental e médio. Mas, se há professores que não estão com a formação adequada, é um problema do ensino superior. É preciso fazer essa discussão também. Quem forma os professores? O problema vai além do dos ensinos fundamental e médio.

Por fim, a questão do arroz com feijão. Eu gostei dessa metáfora. Acho que a gente troca o arroz com feijão pelo *fast-food*. *Fast-food* é a educação que se preocupa com a avaliação externa. Ela massifica e oferece tudo igual para todo mundo, de todo jeito, tendo em vista atingir os mesmos resultados estabelecidos pela avaliação externa para todas as escolas do Brasil, independentemente de se a escola é rural, urbana ou de grandes centros e se os alunos têm melhor ou pior poder aquisitivo. Por isso acho que não tem como fazer uma Educação arroz com feijão e cobrar uma avaliação *fast-food*. É preciso fazer uma escolha. Nesse sentido, o que entendo por educação feijão com arroz mesmo, é o professor com o aluno.

Agora, eu queria dialogar com o tema do encontro de hoje, “Quem salvará a educação?”. Com certeza não serão os professores, porque, se dependesse da gente, não veríamos esta situação. Falando especificamente para você, professor Cláudio, eu acho que ninguém salva a educação sem conquistar a confiança e a credibilidade do professor. A gente não vai conseguir fazer nada de bom se não tiver essa parceria com os professores.

E, por fim, queria te convidar para conhecer a nossa experiência com a educação. A rede municipal foi a primeira a eleger diretores pelo voto direto. Se você quiser fazer uma pesquisa nas escolas municipais, está convidado. Se não quiser, existem várias teses de mestrado e doutorado feitas no país inteiro que estudaram ou estudam – algumas estão em andamento – essa experiência na rede municipal. Trata-se de uma experiência que, na minha opinião, precisa ser aperfeiçoada, embora o problema com a SMED tenha sido no sentido de tentar tirar o poder do diretor justamente porque quer ter o controle, além de o prefeito querer controlar as pessoas que a comunidade escolar, e não ele, indicou. Então a gente fica com essa situação *frankenstein*.

Por último – por último mesmo –, na Rede Municipal dos Trabalhadores em Educação, mais de 50% dos filiados são do ensino fundamental. Os trabalhadores da educação infantil entraram agora para a rede. Essas pessoas votam e escolhem a diretoria do sindicato. Só queria te dizer que é uma experiência positiva, da qual toda base participa efetivamente. Bom... obrigada.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Bom, dá para discutir muito. Primeiro: a gente sabe muito bem quais são os sistemas educativos que deram certo e como eles funcionam. Então, um país que coincide, que faz diferente e que não deu certo, é o negócio da jabuticaba, né? Se não

é jabuticaba, e só tem no Brasil, a probabilidade... Não há nenhum país que esteja entre 25 ou 30 melhores do Pisa e que adote eleição de diretor ou reitor de universidade. Isso não existe. Quer dizer, o Brasil, com esse sistema maravilhoso, é a jabuticaba, ou seja, tem uma segunda jabuticaba aí, só tem no Brasil e é bom. Fica a constatação.

Segundo: todos os países que estão, digamos, entre os 25 melhores do Pisa têm um sistema centralizado de avaliação. Há uma grande diferença entre o diagnóstico e a terapia. Quando eu estava na Capes, vinham os alunos de pós-graduação do Nordeste e diziam: “Mas, professor, o Nordeste é diferente. Tu não pode medir a educação da região com o mesmo padrão utilizado para medir a educação no Sul”. Eu disse: “Não. O instrumento de diagnóstico, o termômetro – nós temos um médio aqui na frente –, é o mesmo. O diagnóstico é outro e a terapia é outra. É preciso um instrumento centralizado que leva a um diagnóstico descentralizado e a uma terapia descentralizada. Ou seja, o termômetro é o mesmo, o que o ‘médico’ vai fazer com a interpretação que ele dá a esse resultado é outra”. Uma notícia muito interessante é que o Chico Soares, daqui, de Belo Horizonte, está mostrando, nos resultados de Prova Brasil e outras, como se compara o resultado obtido por uma cidade (ou do que quer que seja) com o resultado obtido por outras de desempenho equivalentes. Não estamos mais comparando uma cidade atrasadíssima

com uma que possui mais recursos. Estamos comparando coisas com coisas, sistemas equivalentes do ponto de vista do *status* socioeconômico da população. Quer dizer, as medidas vão se sofisticando. Nós temos de ser fundamentalmente a favor de um instrumento único e contra um uso indiscriminado, burro, desse mesmo instrumento. Como eu dizia na época em que estava na Capes, nós não podemos ter um termômetro para quem está gravemente enfermo e um outro para quem está com boa saúde. O termômetro tem de ser o mesmo. O diagnóstico é outro e a terapia é outra.

Para simplificar, eu estou centrando minha resposta nesse argumento geral, que não entra muito no mérito e que diz simplesmente o seguinte: se nos 25 países que dão certo é assim, e você faz diferente, é preciso uma justificativa muito boa para fazer diferente. Por exemplo, na França, o modelo para os nossos ideólogos de plantão, de repente irrompe ‘merci les pectar(F)’, entra na sala de aula com uma prancheta e assiste à aula que o professor está dando, e o professor está ferrado se a aula dele for ruim. É assim. Com o avanço da avaliação, esse tipo de intervenção se torna menos importante e se pode dar muito mais liberdade ao professor, porque será medido mais adiante o que os alunos dele aprenderam. Nos países que têm um bom nível educacional, o grande instrumento de liberação do professor, ou seja, que permite a ele agir do jeito que quer, é medir o resultado no fim da linha.

Finalmente, o terceiro aspecto é a formação do professor. São quatro anos. Esse é o tempo de estudo e aprendizado. Se o aluno for estudar teologia da educação, filosofia da educação, antropologia da educação, sociologia da educação, princípio pedagógico, história da educação, legislação, não vai dar tempo de aprender o conteúdo que ele vai ter de ensinar, não vai dar tempo de aprender a dar aula e, ainda menos, não vai dar tempo para praticar o magistério durante a graduação, período em que ele pode ter apoio. Vamos tomar, por exemplo, o sistema alemão. O professor se forma num dos cursos de pedagogia – que, segundo os alemães, são umas porcarias –, é contratado como estagiário numa escola e passa dois anos sob a supervisão do professor da disciplina dele naquela escola e de um professor de pedagogia da disciplina que ele ensina da Universidade onde se formou. Então, durante dois anos, ele está apoiado dos dois lados, começando a dar aula, funcionando etc. É o que hoje está se chamando residência pedagógica, um nome bom pois essa prática funciona bem na Medicina. Essas são as comparações que eu faço.

SR. EDUARDO MAIA: Bom dia. Meu nome é Eduardo Maia e sou coordenador-geral do Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Minas Gerais. Também saúdo as mulheres presentes no Ministério Público na sexta-feira e hoje novamente no auditório. O Ministério Público de

Minas Gerais conta com trabalhadoras mulheres em dois terços dos seus quadros, então, realmente, é uma força importante de trabalho e de conhecimento no MPMG.

Professor, eu gostaria de fazer duas ponderações, divergindo da posição da colega do Sind-REDE, que concordou com o senhor. O senhor começou a palestra falando sobre como mudar a educação no Brasil, e eu me pergunto qual é o modelo de educação que nós queremos para o país: o modelo atual, que perpetua a forma de dominação que se encontra hoje na sociedade, com pouco espaço para discussões transversais e sobre a cultura presente nas ruas, ou seja, a cultura que é realmente popular, ou um outro modelo, que rompe com essa forma de dominação? Mudar para onde, professor? Considerando que, de acordo com o senhor, 70% dos pais e dos políticos concordam que a educação está boa, e uma vez que o senhor não tratou especificamente da mudança do currículo e da linha transversal de inserção de novos temas na educação, pergunto se o senhor concorda com o modelo atual. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é com relação à eleição dos diretores das escolas. Eu considero que a eleição é a melhor forma de se apurar quem é o melhor dos candidatos, embora não seja por causa da maneira como o vencedor chegou ao cargo. Infelizmente, vivemos numa democracia ainda infantil,

em que as pessoas, para alcançar cargos, têm de fazer os conchavos que o senhor relacionou. O que eu acho realmente importante na eleição de um diretor é que ele terá de prestar contas a todos aqueles que o elegeram. Nós do Sindicato dos Servidores do Ministério Público temos como bandeira a eleição do procurador-geral de justiça e a participação dos servidores nessa seara, não por causa daquilo que o procurador-geral tem a oferecer, mas por causa das prestações de contas que ele vai fazer, não só a uma categoria, mas a todas as categorias.

Resumindo, o currículo, na minha perspectiva, não é satisfatório, e a eleição é, ainda, a melhor forma de se conseguir obter a melhor prestação de serviço, uma vez que o gestor tem de prestar contas.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Eu respondo seguindo um pouco a linha anterior. Parece esquisito a ideia da eleição, sendo tão boa, não ter ocorrido a ninguém dos 25 países com educação de primeiro mundo ter eleição. Não acha?

Quanto ao outro ponto, meu currículo é uma frase do filósofo Whitehead, mais ou menos assim: “O que quer se ensine, que seja em profundidade”. Esse é o meu currículo. Só. Com o currículo atual, não há possibilidade de profundidade em coisa alguma, seja com ou sem transversalidade. Portanto, o que nós temos de fazer é tirar, e não

pôr. Temos de, radicalmente, fazer uma cirurgia bariátrica do currículo. Temos de tirar dramaticamente.

Nós poderíamos discutir muitos desses assuntos em mérito, um por um, mas aqui não é o caso, pois temos muito pouco tempo. De toda forma, é sempre interessante perguntar: por que nos outros lugares que deram certo não se fez assim? Nos países que deram certo, o currículo é muito parecido com o brasileiro, só que, em geral, ou tem muito menos matérias, ou há muito mais tempo disponível para aprender. Nós cometemos a falha de tentar ensinar demais em tempo de menos, daí o meu currículo: o que quer que seja ensinado, que seja em profundidade. Então, dado o currículo atual, acho uma loucura acrescentar. É preciso tirar o excesso para possibilitar profundidade. Educação, em boa medida, é ser capaz de lidar confortavelmente com ideias que se articulam, se somam, se subtraem, logicamente, com base em mecanismos, ou seja, numa dimensão de rigor analítico. Só se consegue aprender assim tendo tempo para lidar com poucos assuntos, um de cada vez em profundidade. Aí é possível se educar. Senão, o veredicto da nossa educação é “ouviu falar de tudo e não aprendeu nada”. É isso o que acontece. Então, diante de uma sugestão de trazer mais coisa para o currículo, a minha sugestão é: “Não, tira, tem coisa demais”.

Quem já viu um currículo de biologia do ensino médio sabe a loucura que é. Um dia, quando eu tiver um pouqui-

nho mais de dinheiro, vou contratar alguém para contar no livro-texto quantos nomes de plantinhas e de frutinhas e de coisinha e de ossinho que existem nele. É uma malquice completa. Ninguém aprende nada dessa forma. É preciso ser muito mais econômico no que a gente tenta ensinar e aprender.

SRA. ANTONIETA: Bom dia a todos. Sou Antonieta, professora de rede municipal de educação, e a primeira coisa que eu queria saber é se o senhor responderia a perguntas – porque tenho milhões – através de *e-mail*. Realmente o tempo foi curto.

E outra, professor. Me preocupou muito quando o senhor fala: “a gênese do problema está na formação dos professores”. Isso é seriíssimo. Nós temos dois contrapontos. Sabemos que o senhor participa do Sistema Pitágoras, cujo pacote de ensino é divulgado pelo Brasil.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Participava, não participo mais.

SRA. ANTONIETA: E também o Positivo, que tenta vender seu trabalho pelo país. Recentemente tive notícia de que forçaram o MEC a comprar o pacote Positivo para a educação infantil.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Ninguém força ninguém a nada. Isso é bobagem.

SRA. ANTONIETA: Tá. Mas foram oferecidos esses pacotes de ensino para a educação infantil, através do MEC. Isso me preocupa porque a autonomia e a diversidade não são levadas em consideração pelo ponto de vista do Positivo e do Pitágoras. Então eu queria que o senhor falasse um pouco disso e se, onde existem esses sistemas, a educação deu um salto quantitativo e qualitativo.

Outra questão. Temos problemas, sim, com conteúdo, com professor mal preparado. Eu também acho quatro anos pouco para a capacitação do professor. Mas nós sabemos que o nosso país ainda coloca o menos capacitado para trabalhar na educação. Contratar pessoas sem habilitação para trabalhar na educação é seriíssimo, e isso acontece em Belo Horizonte, em Contagem. Ou seja, o mínimo não está sendo respeitado.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Começando do fim: a palavra está mal usada. Não se “coloca”. As pessoas que optam pelo ensino são selecionadas, aparecem e, dentre elas, as melhores entre as piores são contratadas. Basicamente, é isso. E é assim porque o sistema público não consegue ser atraente para os professores como o era em outros tempos. Os que aparecem para lecionar não são aqueles que gostariam de estudar engenharia ou medicina. São candidatos bem mais fracos. Parte disso pode ser solucionada com uma gestão mais correta.

A respeito da outra questão, a rede de ensino faz, na verdade, o que em outros países é feito pela secretaria de educação. Mesma coisa. Diante da ausência e incapacidade de um ministério da educação, por exemplo, ou de estados de prover assistência aos alunos ou às escolas, os sistemas de ensino fazem o que eles deveriam fazer. O Pisa parte de um levantamento dos conhecimentos que são úteis ou essenciais para operar numa sociedade moderna. A seleção das perguntas do Pisa é essencialmente essa. Os testes brasileiros estão muito atrelados ao Pisa, ou seja, eles estão bem próximos do Pisa. Eles medem a capacidade do aluno em dominar os conteúdos que correspondem à ideia de ser competente para funcionar numa sociedade moderna. Portanto, eles são bons. Se os alunos das redes de ensino dão um salto de desempenho diante desses testes, é porque eles aprenderam aquilo que se espera que eles aprendam. Eu não tenho nenhuma dificuldade de recomendar o sistema de ensino porque, após dois anos de implantação, os alunos dão um salto de meio ano, de acordo com uma pesquisa feita pela Fundação Lemann e encomendada pelo [Fernando] Haddad, por sinal.

Quanto a ideia de autonomia ou não, primeiramente, ninguém interfere na pedagogia. Os sistemas de ensino ajudam o professor a ter bons exemplos, bons exercícios, o que é muito bom. Eu não sei por que circunscreveriam os conteúdos. Um tempo atrás, quando eu tinha acabado de

chegar ao Positivo, estive com uma senhora que me disse: “Qual é o conteúdo ideológico nos livros dos sistemas de ensino?”. Eu disse: “Minha senhora, eu entrei no Grupo Positivo. Tenho de saber do estou falando. Li uns 35 livros do sistema de ensino Positivo e sei qual é o conteúdo ideológico. É de esquerda, porque é isso que os professores querem, é disso que os professores gostam, é disso que o MEC gosta”. Quer dizer, não tem nada a ver com o que pensa o dono do Positivo. O conteúdo faz parte da cultura, é igualzinho aos outros.

SRA. DAGMAR: Bom dia para todo mundo. Eu sou Dagmar, gerente de educação da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte.

Eu não tenho uma pergunta, Claudio, mas eu queria dialogar um pouco com a sua apresentação, de que gostei muito. Eu quero dizer que Belo Horizonte passou, de 1995 a 2005, por uma década de processos muito ricos, variados, diversos. Havia uma diversidade muito grande e momentos de muita riqueza pedagógica nas escolas. Mas isso não gerava resultado no desempenho dos estudantes. Só para o senhor ter uma ideia, em 2009, quando foi contratado o Avalia BH para avaliar os nossos estudantes do terceiro ao nono anos, 75% dos nossos estudantes do nono ano estavam abaixo do básico em matemática.

O que faz uma rede como Belo Horizonte, que tem 99%

dos seus professores concursados – muitos, talvez a maioria, com pós-graduação, muitos com mestrado e doutorado – e talvez a melhor infraestrutura do Brasil (eu falo isso de cadeira, porque visitei muitas redes), gerar um resultado assim? Concorro com o que aprendi no SGI – Sistema de Gestão do Pitágoras, que a pior situação de uma rede é não ter dados. A gente não tinha dados até então, estava um pouco no escuro. Talvez fosse esse o problema. A gente, então, começou a trabalhar nesse sentido, e a secretaria se tornou mais propositiva, interferiu. Não basta só fazer eleição dos diretores. É preciso avaliar, acompanhar, intervir. Não adianta oferecer uma boa infraestrutura, ter bons professores, se não há intervenção. A gente começou a trabalhar com intervenção pedagógica para os estudantes de matemática e de português. Não posso dizer que os números mudaram muito. Segundo os resultados de 2013, 35% dos meninos no nono ano ainda estão abaixo do básico. É muito, ainda há muito o que construir, mas, em pouco tempo, tiramos desse grupo 40% dos estudantes. E, cada vez mais, a secretaria tem sido mais propositiva. Eu concordo com o senhor que a liderança faz a diferença e acredito que se tem investido muito nisso, na liderança da secretaria, na liderança das escolas, na liderança do processo de gestão. Mas acredito também que pequenos gestos de bondade todos os dias podem fazer uma grande revolução na educação. Obrigada.

[aplausos]

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Existe uma dialética entre a independência da escola e o ativismo da secretaria. Quanto mais frágil a escola, maior o papel de intervenção da secretaria. Num limite, uma escola muito boa, com vida própria, e para a qual a secretaria diz: “Faz as maluquices que você quiser, desde que o resultado seja bom no fim”. No outro limite, uma escola que se tem de pegar pela mão e dizer: “Vem, minha filha. Aqui, ó. Vamos aqui, vamos devagarzinho, vamos aprendendo”. Quer dizer, não tem jeito de ser diferente. Essa ideia de um extremo ou de outro não funciona. É caso a caso. Obviamente, em se tratando de professores que receberam uma formação muito deficiente, é difícil imaginar que uma escola – qualquer que seja, boa, mais ou menos ou ruim – tenha condições de oferecer uma formação que compense deficiências básicas. Não tem jeito. Fazer essa compensação, ou seja, ensinar a dar aula e mostrar coisas mais simples para algumas escolas e mais complexas para outras, é um papel nobre para uma secretaria de educação.

Eu sempre insisto – já que estou batendo nessa tecla – que, antes de procurar soluções tupiniquins para problemas tupiniquins, é preciso se perguntar se o problema é tupiniquim ou se é um problema e que já encontrou soluções em todos os países que deram certo. Eu acho que muito do

nosso vício é o provincialismo de não saber o que acontece no resto do mundo. Esse é um problema grave. O Brasil é grande demais, tudo foi traduzido para o português, todo mundo pode nascer e morrer no país sem saber o que existe para lá do córrego. Então, antes de ter uma solução brilhante, é importante perguntar: “Como aqueles que deram certo resolveram este problema?”, “Como os que não deram certo fizeram?”. Há um aprendizado em ambas as direções. Nesse sentido, o Ciência sem Fronteiras é brilhante. Ele tem o papel muito importante de criar subversivos, gente que diz: “Olha a bosta que é esta educação, minha gente. Eu fui lá e não é assim”. Nós somos excessivamente presos à definição e solução do problema à la tupiniquim. Nós precisamos saber que o mundo é um laboratório com o qual temos de aprender.

SR. GERALDO FLÁVIO VASQUES: Só um minutinho, antes de você falar. Já deu meio-dia. Quem mais quer falar? O senhor... Mais alguém quer falar? Secretária? Os quatro, então. Daí vamos encerrar porque temos que terminar o debate.

SRA. DIANA: Bem, professor. Meu nome é Diana, sou servidora do Ministério Público e gostaria de tocar na questão, “espinhosa” segundo o senhor, da valorização salarial dos professores. O senhor comentou da falta de atratividade da carreira no magistério e até citou que não

ela atrai as mesmas pessoas, os médicos e engenheiros. A gente vê que muitos talentos são perdidos exatamente por essa falta de valorização, e muitas pessoas devem ter uma experiência parecida com a minha, que saí da área da educação e tentei um concurso público por meio do qual eu poderia ganhar cinco vezes mais exercendo uma função de ensino médio. Então eu gostaria de saber se o senhor não acha que a questão da valorização salarial dos professores é essencial, fundamental.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Nós temos de pensar na valorização dos professores. O salário é uma parte que tem de ser negociada dentro das possibilidades. Veja bem. Quando medimos os salários dos professores brasileiros por unidade de renda *per capita*, de modo a compensar as diferenças de riqueza entre os países, veremos que os salários brasileiros não estão abaixo da média. Para o nível de pobreza ou de riqueza do Brasil, os salários brasileiros correspondem ao que no mundo inteiro se paga para professor. Tentar conseguir recursos para pagar mais do que isso, no médio prazo, tem de acontecer, mas não é realista acreditar que a solução vem daí. Em contrapartida, valorizar os professores, dar a eles prestígio e poder para fazer o certo, criar condições e um ambiente de escola agradável, tudo isso é essencial e faz uma enorme diferença. Durante vários anos, fiz parte do júri do Professor Nota Dez, da Fundação Victor Civita, e, nessa época, num

determinado momento, a discussão na imprensa era a respeito de salário. Eu estava reunido com os dez finalistas de então, que, obviamente, vinham de escolas boas (porque, se a escola não for boa, não há clima para criar um finalista), e perguntei a eles: “O que vocês pensam a respeito do salário?”. “É, mais ou menos”. Ou seja, na escola boa, o salário não é aquela coisa tão dramática. Na escola ruim, o salário vira o foco de todas as preocupações.

SRA. DIANA: Mas o senhor há de convir que é muito difícil um professor sobreviver com o salário médio de cerca de R\$ 1.500. Por isso ele tem de trabalhar três turnos. Por isso que ele tem de se desdobrar. E os grandes talentos, é lógico, não vão escolher essa carreira. Vão para outros lugares.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Mas eu acho que não é pelo salário. É pelo ambiente e pela valorização do professor.

SRA. DIANA: Concordo, mas eu acho que o fator preponderante é a valorização salarial.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Uma grande diferença: os salários correspondem aos recursos de um país pobre como o Brasil. Essa ideia de que o Brasil é rico...

SRA. DIANA: Mas a gente sabe de carreiras na justiça cujos salários são infinitamente superiores aos do magistério, ainda que os cargos requeiram o mesmo tempo de estudo.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Mas, para cada pessoa que trabalha no Ministério da Justiça, deve haver mil professores. Então, é possível triplicar o salário da justiça que isso não pesa no orçamento. Se aumentar em 5% o salário do professor, a prefeitura quebra. Esse é o problema. Não tem de onde tirar. Temos de conviver com essa dificuldade. O que as prefeituras brasileiras gastam com educação é mais ou menos o mesmo que outras prefeituras no mundo inteiro gastam. Outra grande diferença é a seguinte: há 30% de repetentes. Não houvesse 30% de repetentes, os professores poderiam ganhar 30% a mais.

SRA. DIANA: É, sinceramente, não vejo como atrair grandes talentos com esse tipo de valorização.

SR. GERALDO FLÁVIO VASQUES: Tudo bem, vamos passar o microfone lá para o... O senhor aí, quer falar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. GERALDO FLÁVIO VASQUES: Por favor, fala no microfone, por favor.

SR. KLAUSS ATHAYDE: Klauss Athayde, caçado, com “ç”, e cassado, com dois “s”, pela administração municipal de Belo Horizonte, principalmente por discutir a aplicação indevida dos recursos públicos, como acontece ainda atualmente, e que eu tenho denunciado bastante ao

Ministério Público. A verba no Brasil é suficiente? Parece que o professor já está indicando que sim.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: É a média mundial.

SR. KLAUSS ATHAYDE: Segundo, ela é bem aplicada, ou é muito desviada para fins sociais e propagandísticos de manutenção de poder governamental? Deu para entender?

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Num universo de oito mil prefeituras, é difícil falar para o todo. A generalização é muito perigosa. Tem de se analisar caso a caso. A minha impressão – impressão – é que Belo Horizonte está melhor do que a média do ponto de vista do mau uso de recursos. Quer dizer, tem menos malversação em comparação com outros municípios.

Eu não conheço nenhum estudo sério generalizado sobre malversação de recursos de educação. O que se sabe é de desvio do orçamento de educação para outras secretarias que têm mais charme e de situações ocasionais de desfalques disso e daquilo. O grande dreno de recurso é o mau uso do tempo. O tempo do professor representa 90% dos custos de uma escola. Se metade desse tempo não é usado para a educação, há uma malversação de recurso público gravíssima, que atinge quase a metade do orçamento da educação. Do ponto de vista sistêmico, eu me preocupo muito mais com a malversação do uso do tempo – o

grande desperdício – do que com eventuais mal feitos do ponto de vista legal e jurídico, embora a gente não possa perdoá-los. É o exemplozinho do giz: o giz não vale nada, o que vale é o tempo em que se está jogando giz pela janela. O grande desfalque, o grande roubo na educação, é o roubo do tempo, quer dizer, o tempo que não é usado para ensinar. Esse é fatal.

SR. GERALDO FLÁVIO VASQUES: A título de esclarecimento sobre o que o senhor falou, ano passado, na Promotoria da Infância, nós criamos, junto com o professor Paulo Olinto e o Eugênio da Receita Federal, um observatório para, como acontece em outras cidades brasileiras, acompanhar a elaboração e a execução do orçamento da área social – saúde, educação e assistência social. Embora tenha sido concebida na promotoria, a ideia é estabelecer uma instituição autônoma, vinculada à sociedade civil. Não é algo tão simples assim. É preciso que haja interesse da sociedade em acompanhar como o orçamento é elaborado e como vem a ser executado, para, junto com o Ministério Público, tomar eventualmente alguma providência judicial. Tá bom? Pode falar.

SRA. NEIDE: Eu só queria esclarecer um ponto. Acho que ele [parece que o Claudio] não entendeu bem. De todas as coisas que ele falou, eu só concordei com quatro. Como eu não podia me ater a todas as outras das quais discordei,

comentei apenas aquelas com as quais eu tinha minimamente concordado, tentando expor as contradições que encontrei nelas.

Bom, eu acho a gente tem de saber a quem a Educação serve. Eu não acredito numa educação que treina aluno para fazer prova de português e matemática. Belo Horizonte, hoje, está treinando menino para fazer prova e dizendo para o pai que a educação melhorou, convencendo-o de que o filho está melhor assistido porque sabe fazer melhor tal ou qual coisa. Não é isso que eu quero para os filhos dos trabalhadores de Belo Horizonte, do Brasil ou do mundo. Eu quero uma educação que verdadeiramente eduque.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Quando examinamos a literatura de psicologia cognitiva mais ou menos recente, veremos que um teste escolar ou de inteligência mede algum conhecimento desejado e considerado importante. Então, estudar para um teste ruim é perder tempo, estudar para um teste bom é se educar. Eu acho que na literatura técnica de psicologia cognitiva há pleno acordo de que se você se treina para fazer o Pisa você está estudando e aprendendo. Então, se a Secretaria tem um teste bom e de um modo geral a gente pode dizer que a prova Brasil é um teste bom, o Enem é um teste ainda no limbo, porque ele está sendo muito mexido e remexido, então estudar para o teste não é bom não, é

ótimo. Porque o teste foi feito por um grupo de pessoas que no Brasil felizmente tem um grau de competência bastante respeitável, que diz o seguinte, que parte da seguinte situação, se eu quero que o aluno entenda esse conceito que é considerado fundamental numa educação aqui na Mongólia, o que eu tenho que perguntar para ele? E toda ciência do teste consiste em transformar esses objetivos educacionais em perguntas que são capazes de discriminar quem entendeu, quem não entendeu, quem sabe e quem não sabe. Então, estudar para o teste, se o teste é bom, maravilha. Claro que não é só o teste, a escola tem outros papéis, ela tem que desenvolver cidadania, isso e aquilo, mas isso não é novidade em lugar algum no mundo.

SRA. MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL

DICK: Bom, eu farei uso do microfone novamente. Eu acho que são muitas questões que foram colocadas e eu não pretendo aqui de forma alguma fazer algum tipo de contraposição às falas que foram apresentadas aqui, até porque eu as respeito, né, Neide, que é diretora do Sindicato, está frequentemente conosco na Secretaria, ela é a diretoria do Sindicato e lá discutimos muito as nossas questões. O professor eu não tive o prazer de conhecer, professor, então eu não posso mencionar nada do que o senhor acabou de dizer. Enfim... quem o senhor é? Eu

perguntarei a ela. Pois bem, eu queria primeiro cumprimentar o nosso professor Cláudio, professor, sempre que eu ouço as suas considerações a respeito da Educação eu estou sempre aprendendo, aprendendo muito. Eu acho que só para pontuar algumas questões aqui, né, eu diria o seguinte, quando se trabalha numa rede do tamanho da rede de Belo Horizonte o desafio de fato é muito grande, e de Belo Horizonte e de tantas outras capitais do País. Em Belo Horizonte, para que os senhores tenham uma ideia, nós temos quase 200 mil alunos na rede municipal de Educação. Envolvermos cerca de 28 mil trabalhadores voltados para a Educação, dos quais, cerca de 15 mil são professores concursados da rede. Então, os professores da rede são concursados. Todos eles. Essa quantidade de gente que trabalha em prol das nossas crianças realmente fazem um trabalho que nós entendemos um trabalho extremamente bem avaliado, e é bem avaliado é pela sociedade, não estamos só nós avaliando o trabalho não, com todas as dificuldades que temos, enfim, mas respeitando todas as determinações legais, por exemplo, o investimento de 25% minimamente dos recursos do tesouro em Educação, então nós esse ano de 2014 fechamos com 28%. Então isso aí é auditado, Tribunal de Contas, o Ministério Público acompanha, Dr. Celso está falando agora de um comitê, Dr. Celso, a gente fica muita tranquilo, muito feliz e eu especialmente fico muito tran-

quila, porque eu evidentemente quero que tudo esteja muito bem, eu respondo por isso. Então, isso realmente é muito sério, muito sério, e graças a Deus a gente que vem de uma trajetória, eu venho de uma trajetória de 32 anos, e digo isso com orgulho, acho que de bons serviços prestados à educação no município de Belo Horizonte e não exatamente na rede pública, mas eu veio da rede privada, e eu venho...